



Sexta-feira, 28 de Fevereiro de 1975

# alavanca

12

UNIDADE NA ACCÃO  
A FORÇA  
DOS TRABALHADORES

## OS MOVIMENTOS DE MASSAS PORTUGUÊS E CHILENO TÊM OBJECTIVOS SEMELHANTES

CGTP - INI  
CENTRO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
51370  
Nº  
11



ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES ESTUDANTES

# AGORES: "ADESÃO TOTAL AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE"

UMA Delegação da Intersindical composta por Maria Filomena Santos (Cabeiros de Lisboa), Francisco Vidal (Pescadores de Sezimbal), João Viegas (Cabeiros de Lisboa) e Caetano Pereira (Escritórios de Lisboa) deslocou-se de 6 a 18 de Fevereiro às ilhas da Madeira. A Delegação estiveram presentes na Madeira, S. Miguel, Terceira, Faial e Pico.

No seu regresso «A Voz» ouviu os membros da Delegação.

**«A Voz»** — Como surgiu esta viagem?

A viagem surgiu em seguimento dos pedidos que Sindicatos das Ilhas vinham a fazer à Intersindical no sentido de que seus representantes ai se deslocassem e do desejo da própria Intersindical de ter um melhor conhecimento da organização sindical local e as medidas das suas possibilidades, a apoiar.

**«A Voz»** — Como orientaram o vosso trabalho?

Fizemos reuniões com cada uma das Direcções Sindicais e dos executivos de estruturas sindicais (secções locais, delegações de sindicatos do continente ou comissões

pró-sindical), reuniões conjuntas com todas as estruturas sindicais e sessões de esclarecimento sobre problemas sindicais abertas a todos os trabalhadores. Para além deste esquema comum a todas as ilhas em que estivemos (só na Madeira houve um primeiro fazer sessão de esclarecimento), tivemos reuniões com trabalhadores em empresas e fábricas (de esclarecimento, apoio a lutas em curso ou para arranque de comissões pró-sindical), reuniões específicas com pescadores e rurais, contactos com autoridades ou organizações locais (Governadores Cívicos, Delegados da Secretaria de Estado do Trabalho, elementos das Forças Armadas, etc.).

**«A Voz»** — Quais os temas principais abordados nessas reuniões?

Foi um dia de recolha de informações sobre as organizações sindicais e sobre o relacionamento com o trabalho, houve em todas as reuniões dois pontos da ordem de trabalhos fixos: informações sobre a Intersindical Nacional e suas actividades e Lei das Associações Sindicais. No primeiro procuramos dar

uma imagem da prática do movimento sindical no Continente e do seu dinamismo. Em relação à Lei das Associações Sindicais tivemos oportunidade de esclarecer grande confusão que existia; a lei era apenas a unicidade e as razões que a justificam. A maioria desta encontravam-se totalmente deturpadas.

**«A Voz»** — A lei foi discutida nas ilhas?

Com uma ou duas excepções na Madeira, os ecos que já chegaram foram os de polémica aqui levantada em Janeiro.

Foi polémica essa que nas ilhas teve efeitos ainda mais perniciosos, dado o marasmo da vida sindical local e portanto a inexistência de uma informação correcta que contrariasse a óndia de deturpação que alguns partidos e a reacção espalharão acerca da posição que os trabalhadores tomaram sobre a concepção na lei da unicidade sindical.

Um exemplo mostra bem o panorama que encontramos: no Porto, em dois sindicatos convocaram nos princípios de Fevereiro Assembleias Gerais em que as

opções postas aos trabalhadores foram as três seguintes: «unicidade» e «sindicatos livres...».

Deu a entender que nas reuniões de trabalhadores, perante uma informação correcta sobre o problema, se verificou o que se esperava: a maioria uniu-se em torno da unicidade. Em Ponta Delgada, numa reunião com 1200 trabalhadores, houve quem tentasse defender posição contrária, mas a Assembleia rejeitou abertamente essa tese.

**«A Voz»** — Verificaram-se avanços no aspecto organizativo?

Era nossa convicção que, em termos de trabalho futuro, o avanço do movimento sindical local impunha a criação de Unions de Sindicatos em cada um dos distritos. O arranque das Unions concretizou-se com a eleição dos respectivos secretários no Funchal, Ponta Delgada e Horta.

Apenas em Angra do Heroísmo isso não foi possível e por razões que tem a ver com um certo tipo de caciquismo sindical.

As Unões cabe um trabalho decisivo no que respeita à

ordenação do trabalho das estruturas sindicais locais, à reestruturação sindical, ao enquadramento sindical (há larghas camadas de trabalhadores não sindicalizados) e à dinamização da vida sindical.

Para além disso, Unions avançou-se também noutros campos, como o da organização dos pescadores e dos rurais.

**«A Voz»** — Quais as preocupações mais sentidas pelos trabalhadores?

As preocupações mais sentidas pelos trabalhadores variam consoante as ilhas, sendo comum a todas o aumento do custo de vida que se faz sentir com mais permanência do que no Continente. Na Madeira a crise da construção civil e da indústria de bordados pressionam muito os trabalhadores. Em Ponta Delgada o desemprego agravado com o regresso dos soldados das Colónias.

Na terceira o problema que domina a vida é o da presença de desempregados em cerca de 2000 trabalhadores têm o seu emprego e de que, directamente e nas ilhas, metade da população depende economicamente.

**«A Voz»** — Como se dá a situação na ilha de que é o desfazimento entre a acção sindical no continente e nas ilhas?

O desfazimento é paralelo ao que se verifica no plano político, como já se referiu. As razões são conhecidas: há, no mar, uma taxa de analfabetismo superior à média do país, uma informação muito menos actual e uma maior contra-informação, uma actuação de certos sectores, como o clerical, muito mais despojuadamente reaccionária, menos tradições de luta, um muito menor impacto em termos de massas populares do 25 de Abril.

**«A Voz»** — Mas informações sobre o continente não chega às ilhas?

Na Madeira a situação é melhor do que nos Açores, pois os jornais chegam aí com mais facilidade embora também com o seu preço agravado em relação ao do Continente. Entre os jornais diários locais, há um atento e progressista.

Mas por exemplo, a televisão não tem um mínimo de equipamento que lhe permita acompanhar os assuntos mais importantes da vida local. A reacção do Tejo é notável: não fornece notícias (apesar de existir um telex) e o Tejo é transmitido com 24 horas de atraso.

Nos Açores a imprensa local é muito conservadora, utilizando com frequência a imprensa estrangeira de direita para recolha de informações sobre o momento político português.

Com o noticiário da Emissora Nacional, devido a diferenças de horário, chegam a horas em

que as pessoas estão no emprego (é ao ar a sua gravidade local e retransmissão de notícias coincidentes com as disponibilidades das pessoas). Os jornais do Continente chegam com muito atraso e a um preço incomportável para os trabalhadores (há que tomar medidas em relação a este assunto).

**«Oficiais»** — Consumidor por cento em média, sucedeu os em 15, período de tempo.

«Portanto aumento do em 1974, foram os trabalhadores balneares a Abril, postas de real, que dá o real das mas em Janeiro muito superior em idêntico como é fácil a situação de uma nada brida balneares. Os cabidos das empresas menos de 100 trabalhadores menos de 200 trabalhadores. «Certo talamento de se que milhares de pressa como oitavas, em 1953, 0,33 milhões de pequenos e jovens anualmente foram atingidos por 100 trabalhadores. «O que resolveu que milhares de pequenos e, por outro lado, toda uma educação anacrónica fascismo. «O que produziu modernizar e em mesmo milhares de verem talvez inevitáveis «factores de muito apoio

## RÁDIO RENASCENÇA: LUTA PELA DIREITO DO TRABALHO

A Justa luta dos trabalhadores da Rádio Renascença entra hoje no seu 103.º dia de greve. Lutando pelo direito ao trabalho e pelo direito a uma informação progressista, a greve implica no processo revolucionário em curso, e apesar das tentativas confusórias e divisionistas do Conselho de Gerência e do Conselho do Episcopado Português — que querem transformar o conflito de trabalho num conflito religioso — os trabalhadores da R.R. têm depurado com uma crescente vaga de solidariedade por parte de grupos de trabalhadores, comissões de empresas e sindicatos (além do apoio da Intersindical, com o que têm contado desde a primeira hora).

De entre muitas outras provas de solidariedade, citamos os telegramas de apoio dos Sindicatos dos Profissionais de Escritório, dos Transportes Rodoviários, Metalúrgicos, Químicos e Relatores de todos os distritos de Lisboa —, dos trabalhadores electricistas do Sul, dos jornalistas, dos bancários de Lisboa e Porto, da União dos Sindicatos Ferroviários do Sul, e ainda das comissões e grupos de trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia, T.L.P., Radio Clube Português, Emissoras Associadas de Lisboa, etc.

Grupos de católicos também não têm registado um firme apoio à luta dos trabalhadores do R.R.: Movimento Cristão pelo Socialismo, Juventude Operária Católica, Liga Operária Católica, Juventude Escoteira Católica, Movimento de Libertação da Juventude Cristã e Movimento da Acção Católica de Adultos do Meio Rural, Grupo Coordenador da Juventude Universitária Católica de Lisboa, Junta Regional da Comunidade Nacional de Escutas e de aindá, milhares de adesões individuais ou de grupos locais de trabalhadores.

No fim da semana passada, portanto logo nos primeiros dias de greve, a L.O.C. e a L.O.C. difundiram um comunicado conjunto do seguinte teor: «Face à greve dos trabalhadores da Rádio Renascença desencadearam a partir do dia 15 de Fevereiro, pela defesa

do direito ao trabalho e à informação; face ao comunicado da Associação Episcopal de 12 de corrente; perante a manifestação de um grupo de cristãos reaccionários que, diante do Pápi Patrício, se manifestou contra a luta dos trabalhadores, apoiando a tomada de posição do episcopado, os movimentos operários cristãos Liga Operária Católica (L.O.C.) e Juventude Operária Católica (J.O.C.), que sempre se têm batido pela libertação dos trabalhadores, considerando que vivemos um momento histórico de alto significado na luta libertadora da classe operária que tem sido divulgada pela voz deforma pelo meio de comunicação social; considerando imprescindível que essa luta seja divulgada pela própria classe, sob risco de ser manipulada, vêm publicamente afirmar que:

«O processo revolucionário que a classe operária desencadeou em Portugal é irreversível na perspectiva da libertação dos explorados e oprimidos e exige locais e meios para se expressar. «Neste processo não reconhecemos o dinamismo da mensagem evangélica de libertação. Uma Rádio que se diz «Voz da Igreja» e não seja «voz» deste processo revolucionário nega a si própria. E impulsionando os dinâmismos que brotam dos factos concretos que a Igreja opera a mensagem da «Boa Nova» de que é portadora, pelo que se impõe que, desde já, ponha todo o quanto possui ao serviço da libertação dos oprimidos e explorados.

«Apelamos para que todos os cristãos façam um esforço de clarificação e não se deixem levar por manobras reaccionárias de pseudofreudistas da Igreja».

**A LUTA CONTINUA**

Entretanto, o Conselho de Gerência da R.R., através de um novo comunicado, tenta, sob as suas considerações habituais sobre o conflito de trabalho, uma nova tentativa para concluir com uma facilidade extraordinária, que até a própria greve é ilegítima.

O novo comunicado dos trabalhadores do R.R. destacamos, em particular, os seguintes pontos:

«O Conselho de Gerência afirma que não está em causa

qualquer reivindicação laboral. Esta declaração é perfeitamente despropositada, dado que as reivindicações dos trabalhadores se referem à anulação dos onze despedimentos e ao reconhecimento dos seus órgãos representativos.

«Registamos a revelação feita pelo Conselho de Gerência de que os despedimentos efectivos foram apenas um pretexto para ocultar a verdadeira razão do conflito. De facto, só agora o Conselho de Gerência afirma que despediu os nossos onze camadas por motivos de ordem doutrinária. No entanto, rejeitamos esse fundamento, que não tem qualquer razão de existir».

E mais adiante:

«O Conselho de Gerência «inferiu» do teor da programação da Rádio Renascença que o conflito é de ordem doutrinal. Continua é a não documentar as suas ilações. Aliás, não pode apresentar provas, porque elas não existem. Se alguma coisa se conclui da programação da Rádio Renascença, é que ela tem sido, desde 30 de Abril de 1974, perfeitamente compatível com a doutrina cristã. Lastimamos que os meios de comunicação de Gerência. Do exposto se conclui que a tese do Conselho de Gerência de que a greve é ilegítima é uma sofisma complexo.

«Quando à afirmação de que trabalhadores, não grevistas estão impedidos de exercer as suas funções, gostaríamos que o Conselho de Gerência apresentasse as provas necessárias. Não temos conhecimento de qualquer facto semelhante, nem de qualquer existência de um «chefe dos serviços técnicos».

«O Conselho de Gerência recorre à expressão «trabalhadores da actividade radiofónica» para considerar ilegal a situação de greve dos seus camaradas empregados de escritório da delegação do Porto. Poderá o Conselho de Gerência explicar por que não considera esses nossos camaradas abrangidos pela expressão «trabalhadores da actividade radiofónica»?

Unidos e organizados, estamos certos, os trabalhadores da Rádio Renascença vencerão!

qualquer reivindicação laboral. Esta declaração é perfeitamente despropositada, dado que as reivindicações dos trabalhadores se referem à anulação dos onze despedimentos e ao reconhecimento dos seus órgãos representativos.

«Registamos a revelação feita pelo Conselho de Gerência de que os despedimentos efectivos foram apenas um pretexto para ocultar a verdadeira razão do conflito. De facto, só agora o Conselho de Gerência afirma que despediu os nossos onze camadas por motivos de ordem doutrinária. No entanto, rejeitamos esse fundamento, que não tem qualquer razão de existir».

E mais adiante:

«O Conselho de Gerência «inferiu» do teor da programação da Rádio Renascença que o conflito é de ordem doutrinal. Continua é a não documentar as suas ilações. Aliás, não pode apresentar provas, porque elas não existem. Se alguma coisa se conclui da programação da Rádio Renascença, é que ela tem sido, desde 30 de Abril de 1974, perfeitamente compatível com a doutrina cristã. Lastimamos que os meios de comunicação de Gerência. Do exposto se conclui que a tese do Conselho de Gerência de que a greve é ilegítima é uma sofisma complexo.

«Quando à afirmação de que trabalhadores, não grevistas estão impedidos de exercer as suas funções, gostaríamos que o Conselho de Gerência apresentasse as provas necessárias. Não temos conhecimento de qualquer facto semelhante, nem de qualquer existência de um «chefe dos serviços técnicos».

«O Conselho de Gerência recorre à expressão «trabalhadores da actividade radiofónica» para considerar ilegal a situação de greve dos seus camaradas empregados de escritório da delegação do Porto. Poderá o Conselho de Gerência explicar por que não considera esses nossos camaradas abrangidos pela expressão «trabalhadores da actividade radiofónica»?

Unidos e organizados, estamos certos, os trabalhadores da Rádio Renascença vencerão!

### «ALAVANCA» NA R.C.P.

EMISSORA DA LIBERDADE

TODOS OS DIAS DAS 24 AS 2 HORAS ONDA MÉDIA

A VOZ DA INTERSINDICAL PELA UNIDADE CONTRA A EXPLORAÇÃO



# "PREÇOS, SALÁRIOS E MONOPÓLIOS"

estão no em-  
a sua gra-  
transmissão a  
s com as dis-  
pessoas).  
O Continente  
do atrazo e a  
portável para  
thá que tomar  
á a este aso

"PREÇOS, SALÁRIOS E MONOPÓLIOS" é o tema de um oportuno artigo de Eugénio Rosa, publicado em «O Século» há passado quarta-feira. Pelo seu interesse transcrevemos, nas colunas do nosso jornal, essa mesmo texto.

«Oficialmente, os preços no consumidor aumentaram 20 por cento em 1973, e 27,5 por cento em 1974. Enquanto isto sucedeu os salários subiram em média, durante o mesmo período de tempo 12,5 e 35 por cento.

«Portanto, apesar do visível aumento dos salários verificado em 1974, determinado pela forte luta reivindicativa dos trabalhadores observada principalmente a partir do 25 de Abril, pode-se afirmar, com verdade, que o poder de compra real das massas trabalhadoras em Janeiro de 1974 não era muito superior ao que tinham em idêntico mês de 1973. E como é fácil de recordar, a situação, neste último ano, não era nada brilhante para os trabalhadores.

«O salário que 86 por cento das empresas portuguesas têm menos de 10 trabalhadores. Apenas 2 por cento têm mais de 100 trabalhadores.

«E certo também que um aumento de salários tem consequências diferentes numa empresa como a Shell, cujas receitas, em 1973, ultrapassaram os 3,3 milhões de contos, e numa pequena empresa cuja venda anual, muitas vezes nem atingem mil contos.

«No entanto, não é com os salários de fome que, por um lado se resolvem os problemas que enfrentam actualmente as pequenas e médias empresas, e, por outro lado, se modificará toda uma estrutura de produção anacrónica legada pelo fascismo.

«O que precisamos as pequenas e médias empresas para se modernizarem, reconverterem e mesmo fundirem-se ou ampliarem-se, a fim de absorver também os aumentos inevitáveis dos custos dos «factores de produção», é de muito apoio concreto (técnico,

financioso, comercial, de gestão, etc.) por parte dos departamentos económicos estatais respectivos o que infelizmente ainda não sucedeu.

«Pretender atirar as culpas da grave crise que enfrentam este tipo de empresas para os custos dos trabalhadores, como fazem certos sectores, é revelar, no mínimo, incapacidade para distinguir causas principais de causas secundárias, é tentar transformar no fundo, os pequenos e médios empresários em aliados da reacção.

«Em 1974, os preços no consumidor aumentaram 27,5 por cento. Paralelamente, a análise da estrutura de produção e de venda portuguesa levou-nos imediatamente à conclusão de que os principais ramos da actividade económica estão totalmente dominados por uma ou duas grandes empresas.

«Assim, 65 por cento da produção e da venda de cerveja em Portugal encontra-se nas mãos da Sociedade Central de Cervejas, 57 por cento da «Construção e reparação de barcos metálicos» é feita pela Lisnave, 87 por cento da «Obtenção e laminagem de ferro e aço» pertence à Siderurgia, 69 por cento da produção e das vendas nacionais de cimento estão nas mãos da Empresa de Cimentos de Leiria, 78 por cento do mercado nacional de tabaco pertence à Tabaqueira, 70 por cento da produção portuguesa de margarina está nas mãos da FIMA. Três empresas controlam praticamente a produção e a venda de fábricas em Portugal e a produção nacional de adubos é dominada por igual número de empresas. Ao vendas do Pão de Açúcar atingiram, em 1974, cerca de 2 milhões de contos, ou seja tanto como os restantes supermercados juntos.

«Esclarecedor também observar que uma empresa como a Sociedade Central de Cervejas despendeu em 1973, com os chamados «órgãos sociais», 31 432 contos, com publicidade, 28 869 contos, com «Encar-

NO MUNDO

avança

Por Blasco H. Fernandes

## EDUCAÇÃO E ENSINO NAR.D.A.

Depois das várias considerações sobre desenvolvimento económico e agrícola, reforma agrária, nível de vida, etc. feitas em artigos anteriores, terminamos a sua série com alguns aspectos essenciais da sua organização sindical.

O órgão supremo da Confederação dos Sindicatos Livres Alemães é o seu Congresso, constituído por delegados sindicais eleitos pelos trabalhadores das fábricas, que se reúne de quatro em quatro anos, por convocação da respectiva direcção nacional. Este Congresso que se adoptam os estatutos, se elege a cidade da direcção nacional e se estabelecem os princípios gerais da política sindical para todo o período que se segue até à realização do congresso seguinte. Por sua vez, a direcção nacional elege um presidium e um secretário. O primeiro é composto por funcionários sindicais e trabalhadores da produção material, em proporção idêntica. A direcção nacional é o órgão político e de coordenação de toda a actividade sindical, desempenhando simultaneamente as funções de correira de transmissão entre o topo e a base e vice-versa.

Imediatamente abaixo da direcção nacional, encontra-se a direcção distrital eleita de dois em dois anos e que tem como respectivo órgão supremo o Congresso distrital, também eleito pelos trabalhadores do distrito. A direcção distrital coor-

dena todo o trabalho dos diferentes concelhos e, em íntima ligação com a direcção nacional, estuda as diversas formas de acção, a quem compete organizar e controlar o trabalho de aplicação das decisões tomadas pela direcção nacional a nível de concelho que ela superintende, desenvolve a actividade sindical e coordena o trabalho dentro da empresa. Além dos órgãos mencionados, existem ainda diversas comissões, como sejam, por exemplo, a da produtividade do trabalho, a dos salários, a de férias, a das mulheres e a dos jovens. Cada uma dessas comissões trabalha sobre os diversos problemas que lhes são específicos, apoiando a actividade da respectiva direcção sindical. Outra das tarefas importantes, se não a principal, dos grupos sindicais é a emulação socialista, isto é, o método de trabalho baseado no princípio da colaboração e da entreajuda socialista de todos os trabalhadores, da crítica permanente ao trabalho realizado e do estímulo à inovação a fim de se aumentar a produtividade do trabalho, melhorar o bem-estar material e cultural do povo e tornar cada vez mais rica a sociedade

de socialista desenvolvida da República Democrática Alemã. A emulação socialista repousa em todos aqueles princípios, perfeitamente assentes numa perspectiva de inter-relação e unidade entre o interesse pessoal e colectivo.

As atribuições da direcção sindical da empresa são de carácter económico, social e político. Quanto ao primeiro aspecto, compete-lhe os diferentes problemas de gestão, concretização do plano ao nível da empresa, realização do trabalho, investimentos, etc.

No campo social, ela preocupa-se com as condições de vida e de trabalho, as férias dos trabalhadores, a assistência médica e as condições de trabalho. O terceiro ponto das suas competências visa a consciencialização política e ideológica dos trabalhadores da empresa, numa perspectiva de amor à Pátria socialista e de defesa do socialismo.

A estrutura da organização sindical da República Democrática Alemã e as funções de cada um dos seus elos, de que demos os elementos mais importantes, mostram que os sindicatos defendem os interesses dos operários, empregados e intelectuais, através da sua larga intervenção na economia, na sociedade e no Estado. São organizações independentes e participam activamente na estruturação da sociedade socialista, na planificação da economia, na definição das condições de trabalho e de vida, da protecção da saúde, da vida cultural e desportiva de todos os trabalhadores. Além disso, todos os órgãos estatais e os dirigentes da economia são obrigados a manter estreito contacto com os sindicatos, através da respectiva organização, independentemente do facto de esta ter os seus representantes nos diversos órgãos do poder estatal. Garante-se assim o controlo desta pela classe operária, o que faz parte da constituição socialista do país em foco — a República Democrática Alemã.

estão no em-  
a sua gra-  
transmissão a  
s com as dis-  
pessoas).  
O Continente  
do atrazo e a  
portável para  
thá que tomar  
á a este aso

preocupações  
los trabalha-

es mais senti-  
adores variam  
s, sendo co-

umento do  
se faz sentir

ênncia do que  
a Madeira a

os trabalhos  
o desmembr-

o regresso  
Colónias.

problema que  
de presença

na, onde cer-  
tadores têm

de que, direc-  
mente, quase

ação depende

icação muito  
de que a ameri-

ca feita nas cos-  
tas de vez, como

os americanos  
de civil e cri-

relações de  
regredos por

Horta e em  
a ausência

ca é, neste  
os problemas

ficou-se, re-  
trega ao Go-

ntos, obtidos  
re os pesca-

onstrução do  
liras.

conserva tem-  
mento de sol-

nos para cá,

problemas  
s, conservas

perspectivas  
biopsindical

serão os tra-  
lhas a fazer

estão a fazer  
na resolução

as. A nossa  
sido um em-

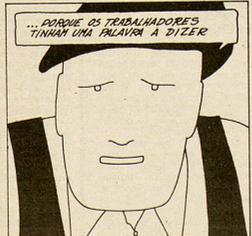
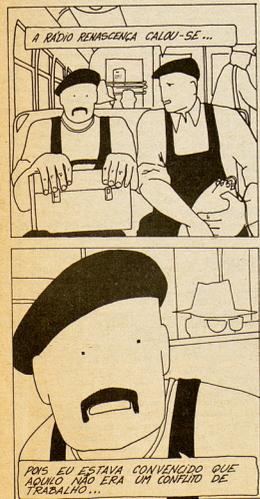
ênção. Temos  
que há boas

to prazo,  
não ragteat-

ctiver ao seu  
do de ajudar

a ultrapassa-  
e a fazerem

o democráti-



# CONTRA A CONDIÇÃO

## CORDEIROS

**ENTRABRA** em vigor no próximo dia 3 o contrato colectivo de trabalho dos cordeiros dos distritos do Porto e de Aveiro, que está a ser negociado entre o Sindicato dos Tapeteiros e Cordeiros e o patronato do sector. Um dos pontos importantes é a proibição de despedimentos sem justa causa. Outras conquistas dos trabalhadores é a garantia de preferência na admissão dos que já tenham exercido actividade na indústria de cordoaria, o fim de algumas categorias que os patrões usavam como fuga ao pagamento de salários, a garantia de período de trabalho semanal completo. Foram também acatadas de melhor forma as transferências de serviços. As negociações prosseguem sobre os outros pontos do contrato colectivo.

## EMPRESAS «PREH»

**SOB** a ameaça de serem reduzidos os seus salários, os trabalhadores da empresa «Preh» com fábricas na Alemanha Federal — estabelecimento em plenário no cinquento Agosto de 1973, em Vila Nova de Famalicao. Os trabalhadores decidiram alertar todos os trabalhadores portugueses e chamar a atenção das entidades oficiais para os riscos que correm os que trabalham no Oliveira componentes electrónicos, colmado de 7 de Janeiro passado. Entretanto, num comunicado em que anuncia a constituição do Sindicato informa que os trabalhadores das indústrias extractivas, incluindo exploração de pedreiras, de areias e minas de água exploradas por conta de empregados colectados por impostos industriais devem escolher seus representantes, e descolaram livremente entre os operários de cada firma, deverão entrar em contacto com a sede do Sindicato, em Oliveira do Azeite, Rua de Castelo de Paiva, telefone 66201.

# PREÇOS E SALÁRIOS

**Continuação de pag. 3**  
gos financeiros (que são lucros transferidos para a banca), 54 925 contos, com royalties (que são lucros enviados imediatamente para o estrangeiro), 13 150 contos. Em sume 127 316 contos de despesas imprevistas, a maior parte delas representando um sustitutivo despendido sob o ponto de vista económico e social, e que o consumidor ficou obrigado a pagar. Já que todas elas acabam por se reflectir nos preços. E tudo isto sem falar dos lucros líquidos apresentados naquele ano, que atingiram 92 391 contos. «Outro exemplo concreto é a da Siderurgia Nacional». «Entre 1970 e 1973 a soma dos lucros líquidos obtidos por esta empresa, pertencente ao grupo Champallimaud, atingiram 840 782 contos. As amortizações feitas, durante o mesmo período, totalizaram 1 583 622 contos. «Paralelamente, o capital social da Siderurgia Nacional é de apenas 847 321 contos, ou seja pouco mais que os lucros

presentada a Intersindical, os trabalhadores daquelas empresas denunciam as manobras das firmas de capital estrangeiro, que são essencialmente a reacção à libertação da classe trabalhadora.

No caso específico da «Preh», que emprega cerca de 1350 pessoas, os trabalhadores já foram vítimas de duas tentativas para os colocar no subemprego e têm sido sujeitos a pressões de vária ordem. Neste momento, trabalha-se em tempo reduzido e só não foi efectuado o salário porque os trabalhadores se opuseram. A partir de Abril, segundo comunicado da gerência, não se pôde manter essa situação.

Durante o plenário foi largamente exposta e discutida a crise que afecta aquelas trabalhadoras e foram apoiadas as directivas da Comissão de Trabalhadores para a condução da luta.

Os trabalhadores decidiram lutar pelas soluções que evitem o subemprego ou o desemprego, nem que para isso seja necessário a alteração da estrutura da «Preh» em Portugal.

## MINÉRIOS DO NORTE

**TODOS** os profissionais da indústria extractiva dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Porto, Vila do Castelo, Vila Real e Viseu são abrangidos pelo Sindicato Livre dos Mineiros e demais Similares das Indústrias Extractivas do Norte de Portugal, constituído por alvará de 7 de Janeiro passado.

Entretanto, num comunicado em que anuncia a constituição do Sindicato informa que os trabalhadores das indústrias extractivas, incluindo exploração de pedreiras, de areias e minas de água exploradas por conta de empregados colectados por impostos industriais devem escolher seus representantes, e descolaram livremente entre os operários de cada firma, deverão entrar em contacto com a sede do Sindicato, em Oliveira do Azeite, Rua de Castelo de Paiva, telefone 66201.

## CONTRATO VERTICAL PARA O SECTOR TÊXTIL

**ENCONTRA-SE** em negociação de trabalho para o sector têxtil, que preconiza um índice variável que englobe, além dos operários têxteis, metalúrgicos, empregados de escritório, de armazém, técnicos de desenho, electricistas, viajantes, hoteleiros, profissionais de artes gráficas e foqueiros. Numa sessão de esclarecimento realizada no Porto, que se seguiu a idéntica em Vila do Conde, Santo Tirso, em Felgueiras e São João da Madeira, dirigentes da Federação dos Sindicatos dos Operários da Indústria Têxtil deram conta da actual fase das negociações com o patronato. Informaram que duas questões benéficas foram já garantidas: a actuação da verticalidade e que se não efectuarem despedimentos não poderão durarem as negociações, que dentro de um mês devem estar concluídas. Os pontos do contrato obedecerão a seguinte ordem: entrar em vigor, férias, subsídios, despedimentos, categorias e salários, duração de trabalho, trabalho extraordinário, período experimental, diuturnidades e outras cláusulas. No que respeita à tabela salarial está só ser discutida a partir de 3 de Março. A Federação dos Sindicatos propõe que o salário mínimo que vai de 4500\$00 a 10 900\$00 a que o patronato contrapropôs um leque de 5000\$00 a 12000\$00.

Nesta fase das negociações o patronato não aceitou os 30 dias de férias, propôs os 25 e 18, conforme os anos de trabalho. Também não aceitaram a abolição dos despedimentos sem justa causa.

## OPERÁRIOS DE CERÂMICA

**Foi** recentemente assinado um novo C. T. entre os Sindicatos Livres dos Operários da Indústria de Cerâmica, Cimentos e Similares do distrito de Vila Rica do Castelo, Porto, Lisboa, Aveiro, Coimbra e Setúbal e o Grémio Nacional das Indústrias de Produtos de Cimento.

Este Contrato vem beneficiar cerca de 300 trabalhadores do distrito de Leiria e aplica-se a todos os operários dos Cimentos — mosaicos, manilhas, artefactos de produtos e peças de betão.

## IMPORTADORES DE LANIFICIOS

**Foi** firmado no mês passado o novo C. T. dos trabalhadores dos Importadores e Armazenistas de Lanificios que, no mesmo dia, se realizou o despedimento naquele ramo.

Este Contrato terá âmbito nacional e é o primeiro colectivo abrangendo todos os trabalhadores ao serviço das empresas do sector.

Os novos salários nixados terão efeitos retroactivos a partir do passado dia 1 de Agosto. Os salários dos profissionais do sector são os seguintes: 2000\$00 (do 1.º ano) e 3500\$00 (do 4.º ano) e 10 dos caixeiros e de outras categorias (viajante, praticante, fim de armazém) entre 4000\$00 (caixeiro do 1.º ano) e 7000\$00 (caixeiro encarregado e encarregado de armazém).

Outras cláusulas regulamentadas são as férias e Natal (um mês de retribuição em ambos os casos) e a retribuição do trabalho extraordinário (cem por cento).

## VIAJANTES E CAIXEIROS DE PRAÇA DO PORTO

A Secretaria de Estado do Trabalho aprovou a adesão do Sindicato dos Empregados Viajantes e de Praça do Distrito do Porto ao contrato colectivo de trabalho recentemente celebrado entre o Grémio dos Industriais de Oleos Vegetais seus Derivados e Equivados e o Sindicato dos Caixeiros e Profissionais Similares do Distrito de Lisboa.

«Os profissionais viajantes e de praça do distrito do Porto passam, assim, a beneficiar da tabela de remunerações mínimas fixadas naquele acordo que tem efeitos retroactivos a partir do passado dia 1 de Agosto, aquando trabalhadores passam, também, a ter direito a retribuições especiais por desempenho cumulativo nas funções de chefe, subchefe e ainda garantidas compensações — viagens, alimentação e alojamento — quando se deslocarem em serviço».

«As férias estipuladas são de 30 dias com o subsídio correspondente ao valor mensal de cada trabalhador. A entidade empregadora deve assegurar a continuidade dos serviços — é a fábrica que produzimos — é a fábrica que venderemos! Da nossa capacidade em levar por diante os objectivos apontados atrás depende que 1975 seja um ano em que a nossa capacidade se atenue, ou se agrave; seja um ano em que os nossos condições de vida melhorem, ou se agravem; seja um ano em que todos tenhamos trabalho, ou aumente o desemprego e a miséria; seja um ano em que alcancemos vitórias, ou derrotas; seja, afinal, um ano em que avancemos para o próximo ou a exploração, ou a exploração e o poder dos capitalistas se prolongue o dia em que alcancemos a sociedade sem classes».

## MARCELANIA, CARPINTARIA E SERRAÇÃO

**Foi** recentemente assinado um novo C. T. para o sector dos operários de marcenaria, carpintaria e serração de madeiras, após negociação entre o União dos respectivos sindicatos e a Associação dos Industriais de Madeira.

Milhares de operários conquistaram, assim, significativa melhoria em relação às anteriores condições de trabalho (para recuperar o poder de compra perdido), o que provocou, por sua vez, mais dificuldades para as pequenas e médias empresas. A falta de actuação dos Ministérios da Economia e das Finanças, naquele campo, servirá os interesses dos monopólios, e poderá determinar o abandono de sectores da população se transformarem em aliados inconscientes da reacção.

«Podrá o Programa Económico e Social, tornando público, constituir o estímulo indispensável para fazer sair daqueles Ministérios do Estado de apatia e de falta de operatividade que têm caracterizado a sua acção até aqui? Acreditamos que só isso acontecerá, se o mobilismo das massas trabalhadoras for suficientemente forte para apoiar o Governo e o M. A. e para exigir e numa execução progressista daquele programa. Os meios de trabalho».



## BOLETINS SINDICAIS

O **Jornal** do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis e Vestuários do Sul, que está a publicar na sua nova forma, sob o nome genérico de «O FUSO», tem sido um repositório fiel das lutas dos trabalhadores daquele sector contra a exploração capitalista e pela defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores.

Do seu terceiro número, de Janeiro, extraímos algumas passagens do seu artigo principal intitulado «1975 será o que nos quiser» (orientação e tarefas do Sindicato):

«A luta que travamos parte dos nossos problemas concretos dos trabalhadores e deve mobilizar todos — a partir das nossas reivindicações — para reduzir a exploração e igualmente desenvolver a tomada de consciência e fazer que todos nós, trabalhadores, tenhamos em conta que nos batemos não somente contra um patrão, mas também contra o sistema capitalista no seu conjunto. Mas a nossa luta só se reforça e fortalece se tomarmos consciência de que para o êxito da nossa luta o fundamental é a actuação de todos os trabalhadores em locais de trabalho para atingirmos os objectivos que de firmos nos comprometemos».

«A empresa é o local privilegiado das lutas, e às comissões de delegados sindicais cabe o papel fundamental na informação e debate com todos os camaradas da elaboração de uma consciência e organizada de todos os trabalhadores — é na fábrica que produzimos — é a fábrica que venderemos! Da nossa capacidade em levar por diante os objectivos apontados atrás depende que 1975 seja um ano em que a nossa capacidade se atenue, ou se agrave; seja um ano em que os nossos condições de vida melhorem, ou se agravem; seja um ano em que todos tenhamos trabalho, ou aumente o desemprego e a miséria; seja um ano em que alcancemos vitórias, ou derrotas; seja, afinal, um ano em que avancemos para o próximo ou a exploração, ou a exploração e o poder dos capitalistas se prolongue o dia em que alcancemos a sociedade sem classes».

## UNDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

## SINDICATO DOS PROFESSORES

No seu segundo número o Boletim do Sindicato dos Professores (Zona da Grande Lisboa), correspondente ao mês de Dezembro de 1974, no conjunto dos seus artigos, reflecte uma evidente preocupação em estabelecer na sua diversidade o conjunto dos problemas que se apresentam de forma funcional. Seria uma verdadeira travagem os interesses do povo deste país que o nosso sindicato se permitisse a ocupar o espaço político da educação, e não se limitasse a criar estruturas sindicais, nomeadamente estudantis. Uma educação que pagarmos com o suor do nosso trabalho, equivaleria a liquidar qualquer possibilidade de fundo político de luta por interesses fundamentais. Que os Pais pagaria cara porque os estudos são de interesse dos Professores participarem na construção de uma política educativa posta ao seu serviço».

técnica, «reajustamento da letra», «disciplina sindical», «ensino especial», «ensino particular», «atenção prioritária ao ensino primário», «introdução à política», «solidariedade», «um sindicato por cada profissão».

No seu editorial aborda-se a especificidade da nacional e a do sindicalismo profissionalista. Depois de se comparar com a acção sindical noutros países capitalistas da Europa, defende-se a criação de uma dada situação social-profissional, com a submissão do ensino aos grandes sindicatos, contra um aparelho político que encarna e defende os interesses desses grupos, declara-se, nesse editorial:

«Aqui, pelo contrário, a educação é essencialmente política por razões concretas, mas também por uma dada política educativa. Desde a introdução de 1975 será o que nos quiser (orientação e tarefas do Sindicato):

«A luta que travamos parte dos nossos problemas concretos dos trabalhadores e deve mobilizar todos — a partir das nossas reivindicações — para reduzir a exploração e igualmente desenvolver a tomada de consciência e fazer que todos nós, trabalhadores, tenhamos em conta que nos batemos não somente contra um patrão, mas também contra o sistema capitalista no seu conjunto. Mas a nossa luta só se reforça e fortalece se tomarmos consciência de que para o êxito da nossa luta o fundamental é a actuação de todos os trabalhadores em locais de trabalho para atingirmos os objectivos que de firmos nos comprometemos».

«A empresa é o local privilegiado das lutas, e às comissões de delegados sindicais cabe o papel fundamental na informação e debate com todos os camaradas da elaboração de uma consciência e organizada de todos os trabalhadores — é na fábrica que produzimos — é a fábrica que venderemos! Da nossa capacidade em levar por diante os objectivos apontados atrás depende que 1975 seja um ano em que a nossa capacidade se atenue, ou se agrave; seja um ano em que os nossos condições de vida melhorem, ou se agravem; seja um ano em que todos tenhamos trabalho, ou aumente o desemprego e a miséria; seja um ano em que alcancemos vitórias, ou derrotas; seja, afinal, um ano em que avancemos para o próximo ou a exploração, ou a exploração e o poder dos capitalistas se prolongue o dia em que alcancemos a sociedade sem classes».

«Um dos instrumentos desse avanço e talvez o mais importante é justamente o Sindicato dos Professores que agrupa dezenas de milhares de docentes numa estrutura democrática e funcional de toda a ordem. Seria uma verdadeira travagem os interesses do povo deste país que o nosso sindicato se permitisse a ocupar o espaço político da educação, e não se limitasse a criar estruturas sindicais, nomeadamente estudantis. Uma educação que pagarmos com o suor do nosso trabalho, equivaleria a liquidar qualquer possibilidade de fundo político de luta por interesses fundamentais. Que os Pais pagaria cara porque os estudos são de interesse dos Professores participarem na construção de uma política educativa posta ao seu serviço».

## SEIC

## NAC

**APÓS** dez dias de actividade, a comissão de trabalho criada para estudar a situação da rede de S.A.R.I. retomou a sua actividade.

A firma em Mem Mafra já fabrica pavilhões preparados, na sua planta construída.

Sobre esta tem vindo a dar a Comissão de Trabalho aqui e desde que sempre encontrou a firma a não cumprir a sua obrigação. Afirmamos que não reivindicamos o estabelecimento de subsídios, e que as condições foram cumpridas.

«Parentem bem, portanto, a quem faz-se sentir pouco orgoglio; clarece: subsídios, mas não deixes o Chegamos a uma situação em que a paralização forçada da actividade em 13 000 contos a demos a uma situação de insegurança, tempo, que dinheiro para obra. Assim, igualmente, trabalhadores na nossa acti-

**As** instalações ocupadas pela empresa, pertencente ao plano de emergência, não foram desmanteladas durante o mês de Janeiro.

## SINDICATO

No passado mês de Janeiro, o Sindicato de Professores e Educadores de Cultura e Recreio, efectuou uma reunião com o M. A. e para apresentar o seu programa que visa a melhorar a situação dos professores e educadores.

## SEICLA:

# "QUE OS LICUROS NÃO SEJAM PARA OS PAÍZES"

Após dez meses de paralisação forçada, dada a falta de trabalho provocada pelo patrimônio, cerca de 60 trabalhadores da empresa SEICLA, S.A.R.L. retomaram, finalmente, a sua actividade.

A firma em questão situa-se em Mach Martins e dedica-se à fabricação e montagem de pavilhões pre-fabricados, utilizados, na sua grande maioria, na construção de escolas.

Sobre esta longa luta que se tem vindo a travar, Duarte Vila, da Comissão de Trabalhadores, começou por nos afirmar: Trabalho aqui há 4 ou 5 anos há desde que cá estou honestamente sempre encomendas. Trabalho nunca faltou. Com o 25 de Abril, as encomendas cessaram e as dívidas aos fornecedores começaram a surgir. Por outro lado, e ainda antes do 25 de Abril, nunca se tinha certeza de haver dinheiro para efectuar o pagamento de salários.

Após o 25 de Abril, fomos eles a comissão de trabalhadores que elaborou um caderno reivindicativo exigindo o estabelecimento de salários, horas, períodos de férias, subsídios, etc. Todas as reivindicações foram satisfeitas e cumpridas.

Aparentemente tudo estava bem, portanto. Só que a sabotagem económica começou a fazer-se sentir, e de forma um pouco irregular. Duarte Vila esclarece: Salários, férias, subsídios, tudo era cumprido, mas deixou de haver trabalho. Chegámos à fábrica, jámos para os locais de trabalho e ali ficávamos sem fazer nada. A paralisação era, portanto, furtiva. Entretanto tomámos conhecimento de uma encomenda feita pelo Ministério da Educação e Cultura anteriormente ao 25 de Abril, no valor de 13 000 contos. Fomos lá e demos a conhecer a situação. Passava, pedindo, ao mesmo tempo, que nos adiantassem dinheiro para executarmos a obra.

Por seu turno, Alberto Barroso, igualmente da comissão de trabalhadores adianta: Esta nossa actuação teve início

em Junho. Uma vez no M.E.C. entrámos em contacto com o Ministério do Trabalho que abriu um inquérito à situação financeira da empresa, isto já em Novembro. Convém mais uma vez lembrar que os salários continuavam, como continuava, a ser pagos. Onde veio o dinheiro não sabemos, mas sobre os resultados deste inquérito nada se sabe por enquanto, sendo fácil, no entanto, prevêê-los já as conclusões. Talvez por isso, o Ministério da Educação e do Trabalho publicou um despacho no passado dia 19, nomeando dois delegados junta do comissão de trabalhadores, nomeadamente, pela Secretaria de Estado do Trabalho e pela Secretaria de Estado das Obras Públicas e da Administração Escolar, para salvaguarda do interesse público.

Reconhecendo assim a utilidade pública da empresa, o M.E.C. procedeu ao seu financiamento reconhecendo, finalmente, os trabalhadores as suas actividades.

A solução de emergência, segundo o mesmo despacho, cessará logo que a situação administrativa da empresa se normalizar, em consequência do processo de intervenção do Estado.

Fazendo o ponto de situação actual Duarte Vila salienta: A nomeação dos dois delegados foi, para já, uma vitória dos trabalhadores, a primeira vitória. Daqui em diante vamos tentar aumentar a produção e admitir novos trabalhadores. De resto temos consciência da importância do nosso trabalho uma vez que, como é sabido, a falta de escolas é enorme.

Neste momento temos um objectivo fundamental: que os lucros não sejam para os patrões! Por isso só a nacionalização nos interessa. Se isso acontecer será, então, a nossa maior vitória. Quanto à administração, e em face da intervenção estatal agora verificada, ficou decidido em plenário que só poderá entrar nas instalações o controle dos trabalhadores.

## MASSAS DELÍCIA

As instalações da Fábrica de Massas Delícia encontram-se ocupadas pelos trabalhadores na sequência da decisão tomada em plenário, realizado na semana passada. Os trabalhadores decidiram ainda, no entanto, não admitir a entrada na zona fabril aos elementos da gerência, autorizando contudo, o seu acesso aos escritórios desde que acompanhado pelos trabalhadores.

Deliberaram ainda iniciar a laboração da fábrica, após onze meses de paralisação, parantem o seu direito ao trabalho, aproveitando o subsídio concedido pelo Ministério do Trabalho destinado

a fazer face às suas necessidades mais prementes embora com prejuízo da própria subsistência.

Por outro lado, os trabalhadores estão interessados em transformar a empresa numa unidade de produção para uma vez que, segundo a participação dos trabalhadores na gestão.

Para concretizar este objectivo, apelam para ao apoio das massas trabalhadoras e de todas as forças progressistas em geral, na certeza de que apoio que agora assumem face à defesa dos interesses comuns das classes populares.

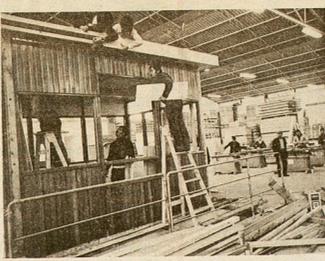
## SINDICATO DOS PROFESSORES

No passado dia 22 efectuou-se mais uma reunião sobre o reajustamento de letra e do Sindicato dos Professores, o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Administração Interna, os delegados do M.E.C. reuniram a posição já apresentada em sessão anterior.

Para que a classe possa definir uma posição a nível nacional,

os Executivos dos Sindicatos dos Professores promovem amanhã pléniários de professores em todo o País.

Dada a importância de que se reveste estes pléniários, os executivos nacionais alertam os professores e particularmente, os delegados sindicais, para a necessidade de uma ampla mobilização de classe.



## GRAO-PARÁ

«Ao fim de sessenta dias de luta, o Governo Provisório, decidiu nomear uma Comissão Administrativa, que se ocupará do gestão das empresas e que é composta por dois vogais designados: dr. Vasconcelos Abreu e eng.º Humberto Belo e por um representante dos trabalhadores», afirma-se num comunicado da Comissão de Trabalhadores do Grupo Empresarial Grao-Pará. Mais à frente, acrescenta: «mas delibrou o Conselho de Ministros suspender os corpos gerentes das empresas do grupo». Os trabalhadores, perante tal decisão acharam conveniente definir as seguintes posições: «Que neste momento a este País só entendem como positiva a nomeação de uma Comissão Administrativa se a mesma constituir um órgão de nacionalização. Não creem, aliás, que a nomeação de uma Comissão Administrativa se a mesma constituir um órgão de nacionalização. Não creem, aliás, que a nomeação de uma Comissão Administrativa se a mesma constituir um órgão de nacionalização. Não creem, aliás, que a nomeação de uma Comissão Administrativa se a mesma constituir um órgão de nacionalização.»

Por outro lado, os trabalhadores reafirmam que sempre lutaram «pela defesa dos seus interesses contra a defesa dos interesses do capital das empresas do Grupo», e que a sua luta «nunca assumiu um carácter reivindicativo para além

## PUBLITOTAL

CONTACTADA a Publitotal (Sociedade Gestora de Actividades Publicitárias e Promocionais, S.A.R.L.) pelo Partido da Unidade, P.D.C., os trabalhadores da publicação destinados à publicidade daquela empresa, foi imediatamente convocada uma assembleia geral de trabalhadores daquela empresa, tendo sido o primeiro perante esta circunstância.

Analisada a intervenção do P.D.C. no actual contexto político português, procedeu-se a uma votação democrática, expressa por voto secreto, tendo o trabalho que vise a publicação daquele partido, tendo apareça como um partido democrático na defesa da classe trabalhadora, não consegue ocultar a sua verdadeira face e real posicionamento no panorama da luta social. O partido de direita ligada aos grandes interesses das oligarquias capitalistas e da classe reacçãoária.

## TRABALHADORES EM LUTA MOTORISTA DE VIANAS

«Os trabalhadores do volante nestes 10 meses de liberdade sindical, já tomaram consciência de que os colaboradores das entidades patronais não mais poderão dirigir o seu sindicato», afirma-se num comunicado do Sindicato Livre dos Motoristas do Distrito de Viança do Castelo. «Vem isto a propósito — acrescenta — do plano posto a circular sem autorização, nem local de impressão, dirigido aos motoristas deste distrito, com a data de 11/27/74, no qual somos acusados de ter procedido a aumento de quota, sem auscultação dos associados e de nos mantermos à frente dos destinos do Sindicato contra a vontade da classe e o decidido na assembleia geral de 2/5/74». Depois de afirmar que o aumento de quota foi decidido numa assembleia geral em que estiveram presentes 150 trabalhadores, realizada em 19/10/74, chama à atenção para as eleições que ainda não se realizaram porque o referido Sindicato aguarda a entrada em vigor da Lei Sindical que prevê a obrigatoriedade de todos os sindicatos realizarem eleições no prazo de 6 meses contados a partir da data da publicação

do contexto definido que consideram o único correctivo nas perspectivas reivindicatórias que aos trabalhadores compete tomar».

A edificação de um local de trabalho onde «não mais haja injustiças nem desigualdades sociais e em que a produção vá ao encontro do novo nome que o País pretende seguir» e a afirmação de que esta tomada de posição «vai ao encontro dos sectores progressistas do País e dos que, ao longo de sessenta dias, se empenharam em os ajudar e a consolidar a sua posição», são mais algumas das posições definidas pela Comissão de Trabalhadores.

O comunicado termina agradecendo o apoio que lhes foi dado pelo M. F. A., pelos trabalhadores e pelos órgãos de informação, saudando de «um modo especial os outros trabalhadores em luta, principalmente os da Rádio Renascença».

## UTIC: PEDIDA A NACIONALIZAÇÃO DOS TRANSPORTES

No desenrolar da luta travada pelos trabalhadores da UTIC desde há um ano, foi aprovada, no passado dia 25, em plenário de trabalhadores, uma proposta de que destacamos as seguintes passagens:

Considerando que a resposta do Conselho de Estado e Fiscal à justa reivindicação salarial dos trabalhadores, não passa de uma repugnante evasão, na qual inclusive, os sindicatos tem o descaimento de comprometer o Governo e que os Conselhos de Gerência e Fiscal pretendem agora apresentar-se como mais progressistas que os trabalhadores, afirmando que também pediram a intervenção do Governo, quando na realidade esta se deve à acção desenvolvida pelos trabalhadores, e tendo em vista que a paralização da UTIC provocou a curto prazo a paralização da rede rodoviária do País, os trabalhadores resolvem:

1.º Que os trabalhadores da UTIC, lutem pela nacionalização dos transportes e exijam a intervenção do Governo no congelamento das contas bancárias dos transportadores responsáveis pela actuação, e na expropriação dos seus bens, pois tem plena consciência que, se o Governo não fizer já quando o obrigarmos a fazer, a situação será catastrófica.



2.º Que não se entre em greve, dado os factos já apresentados, reservando-se aos trabalhadores o direito, se não houver intervenções que defendam vindicativamente os seus interesses, de paralisarem da forma que julgarem mais conveniente.

3.º Que sendo a principal luta dos trabalhadores a reivindicação salarial e a nacionalização da produção, não abandonaram desta luta contra o capital, até verem satisfeitas as suas justas pretensões.

4.º Que os conselhos de Gerência e Fiscal, se pronunciam afirmativamente dentro do prazo limite de 20 dias sobre a proposta de reivindicação salarial, findos os quais todos os serviços da UTIC paralisarão.

da lei. O comunicado termina apelando para a vigilância contra as manobras dos reacçãoários oportunistas. Por uma classe unida e forte.

## EUROPEIA

COM o fim de esclarecer a sua actual situação em face de notícias ultimamente postas a circular, a Comissão de Trabalhadores da Europeia Agência Turística Lda., publicou um comunicado de que destacamos os seguintes pontos:

1. Na Europeia continua a existir a parte capital, representada pelo socio fundador da empresa, sr. Atílio Forte;

2. O ocorrido em meados de Dezembro foi simplesmente o afastamento definitivo da empresa do ex-sócio gerente sr. José da Silva, após provas esmagadoras apresentadas pelos trabalhadores da sua total incapacidade directiva dentro dos novos moldes da vida nacional e da sua constante actuação negativa no campo económico que, a não ser impedida, levaria claramente à queda da empresa;

3. A partir dessa data e a pedido do socio fundador e maioritário, fisicamente incapacitado de gerir, e no sentido de assegurar a continuidade da actividade e constituída por elementos da confiança daqueles e dos trabalhadores; 4.º O capital e o trabalho continuam portanto a fazer parte integrante da vida Europeia, não tendo fundamento qualquer informação prestada em contrário;

5. Os trabalhadores da Europeia estão absolutamente conscientes dos perigos de uma autogestão na sociedade capitalista em que o País ainda vive, pelo que a rejeitam veementemente.

A terminar os trabalhadores afirmam assegurar e cumprir escrupulosamente os seus compromissos nacionais e internacionais, em prol dos interesses do turismo e da economia de Portugal.

# CRIANÇAS-OPERÁRIAS

Embora nos custe a crer ainda existirem no mundo mais de 40 milhões de menores de 14 anos que trabalham em fábricas, na agricultura, em pequenas indústrias, em oficinas de artesanato, em hotéis, restaurantes e lojas. Isto é o que nos informa um relatório da Organização Internacional do Trabalho, resultado de um estudo da UNESCO sobre «Direitos e deveres dos jovens».

Pode dizer-se abreviadamente que é responsável por este estado de coisas o domínio colonial, as estruturas socio-económicas arcaicas e o aumento da população.

Claro que graças à influência de normas internacionais, às restrições legais e à pressão exercida pela evolução económica e social, o trabalho infantil, no sentido clássico da exploração em massa de crianças em minas e fábricas, é uma penosa mancha do passado. Mas, sob outras formas, subsiste.

Por exemplo, na Tailândia, as crianças principalmente as meninas, constituem parte considerável da força do trabalho em fábricas que se dedicam entre outras coisas à produção ou acondicionamento de garrafas, cigarros, tecidos, doces, etc. Trabalham entre 8 a 14 horas diárias em semana de 7 dias, e por um salário irrisório. Sabemos que estes elementos sobre a Tailândia foram recolhidos em 1965 e 1967, mas sabemos que hoje a situação não se apresenta muito diferenciada.

Também no Irão os tapetes são geralmente confeccionados por mulheres, ajudadas por meninas de pouca idade, muitas vezes suas próprias filhas.

O trabalho infantil na construção civil concentra-se principalmente na Ásia, na América Latina e no Médio Oriente, mas, também se comprovou recentemente a sua existência em zonas do sul da Europa, onde tem sido intensa a construção em grande escala.

Em todas as regiões do mundo são muitas as crianças que trabalham em pequenas lojas, restaurantes e hotéis, em serviços de rua e outros.

Os officios de rua são a forma mais visível de trabalho infantil, e os mais difíceis de controlar. As crianças ocupadas nessas actividades são muito pequenas, não têm onde morar e são muito exploradas pelos adultos. Os trabalhos de rua são actividades que encerram perigos para a sua saúde, segurança e moralidade. No seu errar incontra-las pelas ruas durante longas horas, inclusive durante a noite, encontram-se não só ao mau tempo e à sujeira, ao tabaco e aos perigos do tráfego, mas também aos aspectos mais sórdidos da vida urbana.

Outra ocupação exercida por crianças é o serviço doméstico, o que é frequente na África, na Ásia, na América Latina e no Médio Oriente.



Em alguns países destes continentes é comum os pais ou responsáveis levarem as crianças das zonas rurais para as urbanas, onde são praticamente vendidas para o serviço doméstico.

No sul da Europa é frequente o emprego de crianças antes da idade mínima legal em lojas, cafés, restaurantes e comércio de rua.

No sector da agricultura, mesmo em países de certo desenvolvimento, a regulamentação do emprego de menores é dificilmente praticável. Enquanto não houver um sistema adequado de ensino e até que a maior parte das famílias possa prescindir do trabalho dos filhos, é pouco provável que se reduza de modo importante o trabalho infantil.

A primeira convenção da Organização Internacional do Trabalho, datada de

1919, fixou em 14 anos a idade mínima para trabalhar. Apesar disso, neste momento, em alguns países como a Turquia, a Costa Rica, o Irão e o Paquistão, a idade mínima é ainda inferior à dessa primeira convenção. Com 12 anos já podem exercer inúmeras tarefas.

E Portugal? Bem, em Portugal a idade mínima para trabalhar é de 14 anos, termos legislado sobre o «Trabalho de Menores» e aderimos a todas as convenções. Só que legislamos sempre mal e pouco cumpri-mos, como todos sabemos. Assim, as nossas crianças desfavorecidas economicamente enquadram-se perfeitamente nas dificuldades de viver daquelas que fomos referido neste apressado artigo.

Num próximo apontamento falaremos mais demoradamente do caso português. É num outro da criança-menor num país socialista.

# SOLIDARIEDADE COM O CHILENO OS MOVIMENTOS E CHILENOS TÊM

«Tal como o Movimento Revolucionário Chileno não repetirá os seus próprios erros, também o Movimento Sindical Português aprendeu com aquele. E hoje mais do que nunca os trabalhadores portugueses reconhecem os seus verdadeiros interesses e identificam as formas de os seguirem e rejeitam os oportunismos que os procuram afastar dos seus objectivos imediatos e a longo prazo. Os trabalhadores portugueses compreenderam que os seus interesses são os interesses do País, há que defender a todo o custo a democracia e esta só pode ser defendida e aprofundada lutando unidos contra a sabotagem económica contra os conspiradores contra a reacção, mesmo que esta se mascare de democrática, de popular ou de outros nomes queridos pelo nosso povo mas que a reacção falsamente usa para os tentar dispersar».

Milhares de trabalhadores portugueses estiveram ontem à noite, em comícios realizados em Lisboa (Pavilhão dos Desportos) e Coimbra (Pavilhão da F.N.A.T.), únicos a manifestar a sua solidariedade da classe operária e do movimento sindical português à luta do povo do Chile e, em particular, à sua Central Sindical Única — A.C.U.T..

Os comícios realizados em Lisboa e Coimbra integravam-se nas comemorações do 22º aniversário da C.U.T. chilena, promovidas pela central única dos trabalhadores portugueses, a Intersindical Nacional. Devido a problemas de última hora Luis Figueroa, presidente da C.U.T., não se pôde deslocar ao nosso país, pelo que Eduardo Rojas teve de intervir tanto em Coimbra como em Lisboa.

Além da comunicação do Secretariado da Intersindical, foram lidas, no comício de Lisboa, intervenções da União dos Sindicatos do Sul e do Sindicato dos Têxteis do Sul.

José Gaspar, em nome do Secretariado da Intersindical, leu essa comunicação a abrir o comício de ontem à noite no Pavilhão dos Desportos.

«Em nome de mais de 2 milhões de trabalhadores portugueses que hoje à Intersindical indiscutivelmente representa, quero começar por saudar comovida e fraternalmente os milhares de trabalhadores chilenos que a C.U.T., apesar da violenta repressão sobre ela abastida, não menos indiscutivelmente representa e intransigentemente defende. Quero também assegurar, de forma inequívoca e categórica, a solidariedade militante e de classe que estreitamente nos une, a nós trabalhadores portugueses em vias de realização de uma autêntica revolução democrática, ao

pontos de contacto com as primeiras medidas do fascismo salazarista: repressão da classe operária, proibição e perseguição das suas organizações políticas e sindicais, repressão de sectores e organizações, alguns dos quais abriram o caminho ao fascismo, abertura dos mercados e fontes de ma-



térias-primas, ao imperialismo, política económica ao serviço dos monopólios e latifúndios, etc., etc. Pelo seu significado no âmbito da luta de classes, quero de isto ao serviço, repetimos, dos grandes senhores do dinheiro, que assim obtêm menores custos de produção à custa de uma mão-de-obra barata e da

«A verdade, o odiado Portugal salazarista teve como traços característicos fundamentais a repressão impiedosa das classes trabalhadoras e das suas organizações de classe e a protecção e defesa dos interesses dos grandes senhores do dinheiro e da terra, aliados à complicitade activa das forças imperialistas. São estas, aliás, as características do regime chileno após o derrube do Governo de Unidade Popular, provocado pela conspiração declarada, e hoje denunciada por todas as forças progressistas do mundo, da reacção interna e do imperialismo internacional, nomeadamente americano.

«De facto, todas as medidas tomadas pela ditadura fascista de uma autêntica revolução democrática, ao

mos salientar a ginosa diminuição rendimentos re-nóbil exploração força de trabalho do pagamento de fome simulta-subida em fle-ta de vida a pre-briam mais de 30 em em escasso



exploração rap-recursos natu-nais».

SITUAÇÕES PE-DIFEREN

Mais adianta-ve-se no delcar-cretariado da lida ontem no



COM O CHILE:

# NTOS DE MASSAS PORTUGUÊS EM OBJECTIVOS SEMELHANTES

contacto com as condições do fascismo: repressão operária, perseguição organizadas sindicais, re-actores e orga-nismos dos quais riminho ao fa-zura dos merca-tes de ma-

mos salienta a exploração dos trabalhadores, a vertiginosa diminuição dos seus rendimentos reais, a ignóbil exploração da sua força de trabalho através do pagamento de salários de fome simultâneos com a subida em flexa do custo de vida a preços que subiram mais de 300 por cento em escassos meses. Tu-

José Gaspar:

«O Chile anterior a Setembro de 73 era um Estado de Governo de Unidade Popular, conquistado à custa dos sacrifícios e luta heróica do povo chileno, da consciência de classe dos trabalhadores da cidade e do campo e dos seus aliados naturais, as camadas antimonopolistas e antilatifundiárias, isto é, a classe média dos pequenos e médios proprietários, industriais e comerciantes. O Chile a partir das eleições de 1970 era um país cujo poder político e económico estava profundamente enraizado nas classes trabalhadoras e nas posições mais consequentemente revolucionárias do povo chileno. Por isso, e porque a unidade nacional foi posta em causa por divisionismos e sectarismos de esquerda e por desvianismos da direita, a reacção interna apoiada pelo imperialismo americano e com a conivência activa de políticos sociais-democratas e demagogos internos pode conspirar com êxito, através da sabotagem e bloqueio económico, da violência feroz e premeditada, do jogo formalmente democrático dos partidos conservadores, e da existência em pontos-

-chaves do Exército, de militares contra-revolucionários. Ao Governo Popular sucedeu o terrorismo fascista.

«Em Portugal, e num percurso inverso, o fascismo com todos os seus horrores foi derrubado em 25 de Abril de 1974. As Forças Armadas que no Chile tiveram um papel contra-revolucionário em Setembro de 73 assumiram em Portugal uma posição revolucionária, libertadora e progressista. Foi assim que, com o imediato apoio e graças às condições anteriormente criadas pelo movimento popular de massas, elas derrubaram o fascismo no 25 de Abril e, a partir daí com base na mesma aliança se têm esforçado numa tarefa de reconstrução nacional ao serviço do Povo Português. Tarefa histórica e eminentemente nacional, de que se têm desempenhado até agora a contento, mau grado todas as investidas reacţionárias e as tentativas de sabotagem económica e política internas e externas. Tarefa para a qual tem contribuído decisivamente a activa participação do movimento popular de massas, nomeadamente da organização sindical unitária

dos trabalhadores portugueses».

## UNIDADE ENTRE OS TRABALHADORES PORTUGUESES E CHILENOS

Abordando a solidariedade das lutas dos povos chileno e português e a interligação das suas experiências, José Gaspar referiu:

«Com a sua já longa experiência de combate, a C.U.T. vem trazer ao movimento sindical unitário português o seu exemplo de unidade de todos os trabalhadores em torno do seu objectivo de classe: a libertação da exploração da sua força de trabalho. É este um exemplo que o Povo Português facilmente compreende, pela evidência de que só estreitamente unidos os trabalhadores assalariados podem levar por diante, em aliança com as outras camadas antimonopolistas e antilatifundiárias, a revolução autenticamente democrática que os libertará da exploração capitalista e imperialista. «Mas também os trabalhadores portugueses podem levar ao povo chileno a sua experiência de luta



es, ao imperialismo económico e monopólios e etc., etc. Pelo âmbito classes, quer-se serviço, repetindo-se senhores

### SITUAÇÕES POLÍTICAS DIFERENTES

Mais adiante, etrma-se na declaração do Secretariado da Intersindical, lida ontem no comício por



contra o fascismo: a luta clandestina, a denúncia do conteúdo de classe e do sistema de terror daquele sistema, a unidade a todo o preço de todas as forças antifascistas e populares, a organização disciplinada e coesa do movimento de massas pode levar-lhe mesmo a sua experiência pós-25 de Abril, que, aliás, o povo chileno aprendeu já à sua custa. A de que há que combater todo o divisionismo, com força enfraquecedora do movimento revolucionário, todo o sectarismo, como motivo de quebra da unidade que faz a força, todo o dogmatismo, como causa do afastamento de muitos aliados naturais, todo o desvianismo, com o seu reformismo de direita ou de esquerda objectivamente ou de claradamente aliados das forças reacţionárias.»

A concluir, afirmou José Gaspar, em nome do Secretariado da Intersindical:

«Em momentos diversos, os movimentos de massas portugueses e chileno têm objectivos semelhantes: o primeiro, decapitar a reacção que espreita a oportunida-

de de se voltar a apossar do poder político e luta por não perder o poder económico; o segundo, apor a ditadura fascista com base numa ampla frente contrária à tortura ao assassínio à exploração de senfreada e à miséria.

«Neste processo, com características especificamente nacionais assume porém papel de extremo relevo a solidariedade internacionalista de que neste momento o Povo Português dá provas em relação ao povo chileno, assegurando-lhe auxílio em todos os campos e em todas as circunstâncias.

«Abaixo os monopólios e os latifúndios! Abaixo o imperialismo internacional! Abaixo a reacção! Abaixo o fascismo! Viva o Povo Chileno! Viva o Povo Português! Viva o Movimento Sindical Unitário Nacional e Internacional!» — foram as palavras de ordem com que José Gaspar encerrou a sua intervenção, no que foi entusiasticamente apoiado, em uníssono, pelos milhares de trabalhadores presentes no Pavilhão dos Desportos.

# "VIMOS MELHOR QUE OS NOSSOS PAIS?"

É um velho argumento que ouvimos frequentemente aos nossos avós.

De facto, houve-se muitas vezes esta reflexão: «Não é de modo algum comparável, pois hoje há as máquinas de lavar a frigideira, a televisão, o carro... Vive-se melhor que dantes». Ou então: «No meu tempo toda a gente ia a pé para o trabalho, as nossas refeições eram um ração de borros, uma sardinha e um caldo de couves sem adubo».

Sim as condições de vida não são as mesmas de outrora. Entretanto devemos notar bem que os trabalhadores não têm tudo aquilo que estão no direito de desapegar do seu trabalho.

E não é natural que os trabalhadores beneficiem da evolução das ciências e das técnicas que criaram?

Como tirariam os capitalistas lucro se não vendessem a produção?

Há certamente mudanças imediatas. Mas a que preço?

A situação é, seguramente, diferente conforme se trabalha numa oficina, num escritório e ainda se está numa grande empresa electrónica, de siderurgia ou de automóveis.

Mas, em todas as expressões, a procura lucro máximo, objectivo dos capitalistas, faz que esta divisão seja posta em prática: produzir mais ao menor preço, sem consideração pelos seres humanos que são os trabalhadores.

## A REALIDADE DO TRABALHO DE HOJE

É, um facto que nós, trabalhadores nas fábricas, nas lojas, nos escritórios, utilizamos o material pertencente aos capitalistas e trabalhadores nas condições que nós não impomos pelo patronato.

A experiência mostra que só o luta dos trabalhadores que não a melhoria destas condições.

Os investimentos relativos à protecção e alívio das más condições dos trabalhadores são limitados ao estrito mínimo porque são imobilizações de

capitalis julgados improditivos.

**É tempo então:**  
— máquinas e material sem protecção;  
— protecções inoperantes porque é preciso andar depressa, sempre mais depressa, reduções de efectivos nos trabalhos de equipamento;

— trabalhos tornados perigosos porque são realizados sem paragem da produção; numerosos trabalhos acarretam fortes dispêndios musculares;

— importantes manipulações com certas máquinas que sollicitam os sentidos, tais como a vista, nos trabalhos, infinitamente pequenos;

— o ruído interno em certas oficinas;

— o emprego abusivo de produtos nocivos, sem protecção para os trabalhadores;

— as oficinas com ar viciado, poluído pelos gases, pelas poeiras;  
— temperaturas muito elevadas ou submetidos às flutuações das estações, pouca iluminação insuficiente.

— equipamento sanitário muitas vezes insuficiente, etc., etc.

## A REALIDADE DO TRABALHO DE HOJE. A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO LEVADA AO EXTREMO

Tudo é posto em acção para fazer produzir sempre mais no dia, na hora, no minuto, no segundo.

O trabalho é descaçoado, parcelado, a fim de ter operações mais limitadas, precisas e especializadas.

O trabalhador já não fabrica um todo, mas uma parte muitas vezes mínima de um conjunto que conhece pouco ou nada.

De métodos empregados visando reduzir o estrito mínimo o tempo durante o qual não produz.

E a caça aos tempos mortos:  
— pelas cronometragens,  
— pelo aumento da velocidade das cadeias,

— pelos métodos desumanos de decomposição do trabalho.

E então, desde o principio ao fim do dia de trabalho, a redução dos milhares de operações, ou o trabalho com várias máquinas, etc.

## OU QUE É NOVO

A intensificação do trabalho não se limita já unicamente aos operários mas toca no presente os empregados os técnicos e os engenheiros.

Para eles igualmente há:

— divisão de trabalho com violência e rendimento a coberto do termo clássico: «carga de trabalho»;  
— estagnação e muitas vezes mesmo redução importante dos efectivos enquanto que a quantidade de trabalho cresce muito rapidamente.

## A REALIDADE DO TRABALHO DE HOJE É TAMBÉM UM EXERCÍCIO DE PESSOAL INDEFERENCIADO

Na organização actual do trabalho, teoricamente, nenhuma iniciativa é deixada ao trabalhador. Mas é necessário que ele seja rápido na execução de gestos simples e impostos.

Isso permite a utilização de operários pouco qualificados cuja aprendizagem é reduzida, justamente a suficiente para repetir uma ou duas operações impostas.

Os operários indeferenciados onde estão eles?

Quatro ramos agrupam uma proporção e um número elevado de operários indeferenciados: automóvel, construção eléctrica e electrónica, mecânica e siderúrgica.

A proporção dos operários indeferenciados aumenta em geral com o trabalho da empresa, sendo o seu número mais importante nas fábricas onde a produção é realizada em série. Se o agravamento das condições de trabalho toca todas as categorias, os operários indeferenciados, na sua grande maioria, são vítimas de uma maior exploração.

## AS RELAÇÕES HUMANAS

O patronato procura convencer a todo o preço que a fábrica é também do trabalhador. «Para que se possa trabalhar em conjunto a melhoria do nosso destino comum».

Como se vai fazer isso? O modo de ensaio será chinês: recepção do pessoal na empresa, por vezes com apadrinhamento do novo engajado pela sociedade; reunião da administração para lhe explicar com os operários «ter-se-á um rendimento mais elevado; dar uma impressão calma, repouante, com relvado e flores à volta das construções?»

Mas, atenção, é proibido agir antes do fim da jornada de trabalho, não se tolerará a maior fraqueza nos rendimentos na carga de trabalho...

A degradação geral do quadro de vida e das condições de vida:

— A insuficiência dos recursos: do salário, dos alugueres familiares, das pensões, a dupla jornada para os homens trabalhadores, a educação dos filhos, as diversas tarefas administrativas, atualizar conhecimentos, etc.

— A poluição das cidades, o martírio dos transportes, a falta de equipamentos sociais (nomeadamente as creches), a insuficiência dos alojamentos em número e em qualidade...

Tudo isto traz como resultado a redução da qualidade e do tempo de repouso e lazeres necessários à conservação e à renovação das facultades físicas e intelectuais.

O resultado da política actual do patronato que sacrifica as necessidades essenciais, colectivas e individuais, nomeadamente as de carácter social, assim como tudo que não é imediatamente rentável ao lucro do financiamento exclusivo dos monopólios...

## (Tirado de «Metalurgicos», órgão do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, nº 5 Fevereiro de 1975)



## EM DEFESA DO CONSUMIDOR

### EM DEFESA DO CONSUMIDOR

Antes de fazer qualquer compra, não se esqueça de verificar se os artigos correspondem às tabelas de preços em vigor.

Aqui tem, esta semana, mais alguns desses preços:

### PESCADA CONGELADA

TIPOS	0	1	2	3
	até 250 gr	250-500 gr	500-800 gr	800-1500 gr
	15800	17800	19800	21800

OBS. — Os preços de venda ao público da pescada congelada dos tipos 0 e 1, quando vendida à posta, em embalagens de origem, só poderão ser acrescidos, no máximo, de 2800/kg.

O preço de venda ao público de pescada congelada em postas retiradas da pele com mais de 800 gr não poderá exceder o preço do peixe inteiro do mesmo peso. Não são autorizadas quaisquer outras formas de comercialização de pescada congelada.

### QUEIJO

Flamengo e ilha, com mais de 45 por cento de gordura, 75800/kg.

### ACUCAR (Lisboa e Porto)

Granulado (embalado de 1 kg)	Refinado (amarelo) (embalado de 10 kg)	Preço livre para os acucares especiais e embalagens de 10 a 12 gr de granulado.
12850/kg	10880/kg	

OBS. — Fora de Lisboa e Porto, podem ser acrescidas despesas de transporte, no máximo de \$10 e \$20 por quilograma, em localidades afastadas das quotas 100 e 200 km; respectivamente, e de \$30/kg, nas restantes.

(Estas tabelas foram-nos fornecidas pela Secretaria de Estado do Abastecimento e Trecos.)

Já que a pescada congelada foi aqui referida e os seus vários preços são relativamente acessíveis, sobretudo em relação a outras qualidades de peixe, lembramo-nos de acrescentar duas receitas à base de pescada, ambas portanto pouco dispendiosas e fáceis de confeccionar. Em todo o caso, se sofre do fígado, não experimente a segunda receita. É deliciosa, mas...

### PESCADA COM MOLHO VERDE

Cozem-se muito bem duas ou mais postas de pescada, colocadas sobre uma camada de batatas e cobrem-se com o seguinte molho:

Coça-se muito bem uma porção de salsa (necessária para que o molho fique verde), junta-se-lhe uma batata frita, meia passada pela máquina, 1 ovo cozido picado, sal, pimenta, azeite, vinagre e cobre-se a travessa onde está a pescada.

\*ode servir-se acompanhada de qualquer legume.

### FILETES DE PESCADA COM ANCHOVAS

1 pacote de filetes de pescada, 1 caixa de filetes de anchovas, 1 cebola picada, raspa de 1/2 limão, sumo de 1 limão, 2/5 de nata, 120 gramas de manteiga, 2 colheres de café de farinha, 2 colheres de café de corolour e 1/2 colher de chá de pimenta.

Corte o peixe em filetes muito finos e, a parte, faça uma mistura com as anchovas desfeitas, a raspa de limão, o colher de sumo de manteiga e a pimenta. Com esta creme barre metade da porção dos filetes e sobreponha os outros por cima, formando como que umas sandes.

Com a restante manteiga unto um tabuleiro que possa ir ao forno, disponha nele os filetes e depois regue completamente com as natas e leve ao forno leve. A meio da assadura regue com sumo de limão e polvilhe com farinha misturada com corolour. Enquanto os filetes assam, regue-os diversas vezes com o molho.

Sirva-os acompanhados de puré de batata

(Gina de Freitas é responsável por esta secção.)

# A NOÇÃO INTERNACIONAL DA MULHER

A mão de obra feminina continua a ser considerada um potencial de mão-de-obra de segunda categoria e, por isso, note uma ausência real de esforços para criar condições e estruturas necessárias a uma formação profissional independente às possibilidades da nossa época e ao reconhecimento dessa formação e a sua utilização e nos salários — eis como um dos intervenientes na conferência e peritos da OIT (Organização Internacional de Trabalho) que se realizou este ano em Genebra, explicou a desigualdade da mulher no trabalho. Na verdade, embora se tenham operado grandes progressos no caminho da igualdade entre os sexos, ainda hoje as mulheres são vítimas de discriminações, que se tornam particularmente salientes no domínio do trabalho.

O ponto de vista donde se parte é de que a mulher compete prioritariamente o trabalho doméstico e a criação dos filhos, cabendo ao homem ser o sustentáculo económico da família. Este conceito é cada vez mais desmentido pelos factos. Mas interessa ao sistema capitalista que as próprias trabalhadoras o aceitem como válido. Considerando a



mão-de-obra feminina como de «segunda categoria», tem-se uma justificação ideológica para pagar salários mais baixos às trabalhadoras que fazem trabalho igual ao dos homens, e ficada com um potencial de mão-de-obra barata para as actividades que exijam menor qualificação.

Por outro lado, entendem-se que os filhos e os cuidados caseiros são da competência da mulher, a sociedade desobriga-se de criar as condições imprescindíveis para uma eficaz protecção da família das classes trabalhadoras.

O desenvolvimento da própria consciência capitalista exige um número cada vez maior de trabalhadores e uma especialização cada vez mais acentuada, para fazer face às necessidades de aumento da produção, condição para assegurar o lucro factor básico do sistema. O recurso à mão-

de-obra feminina é, portanto, um imperativo do próprio sistema, que retira todas as vantagens da exploração do trabalho feminino, sem suportar em si mesmos os custos que sobrita na mão-de-obra masculina.

Vê-se assim que a exploração da mulher trabalhadora inscreve no contexto mais geral da exploração inerente ao sistema capitalista, embora a exploração só possa terminar com a mudança do sistema, a verdade é que, dentro do sistema, as trabalhadoras podem e devem lutar pelo fim da discriminação salarial, pelo direito à preparação profissional e pela criação de meios eficazes de protecção à família. Lutando contra a exploração e a discriminação, a mulher não deve, porém, perder de vista o seu verdadeiro inimigo...

A luta não é entre sexos, mas entre explorados e exploradores. E tanto assim é que, mesmo que as mulheres e os homens tivessem um dia exactamente os mesmos direitos no sistema capitalista, isso não significaria que a mão-de-obra feminina deixasse de ser explorada. Significaria apenas que deixava de ser mais explorada, não a menos que a mão-de-obra masculina.



ueca de  
preços

os:

3  
-1500  
gr.  
1000  
pescada  
em em-  
máximo.

plada em  
podará  
Não são  
Zacarias de

gordura.

as acua-  
balagens  
niulado.  
precisadas  
por quilo-  
200 km;

etaria de

o seu uso  
tudo em  
de acres-  
portanto  
o caso,  
ecota. E

pescada.  
as baratas  
o necessário

o fari-  
pimentada.  
e.

filletes de  
um de  
1/2 chover

faça uma  
limão, 1  
creme os  
outros

o possa  
comple-  
do meio da  
farinha

regue-os

# ATENTADO CONTRA A SOBERANIA DE CHIPRE

Asia, Africa. A estratégia geral do imperialismo — que conta com bases britânicas dentro da ilha, bases essas que, semiclandestinamente dão apoio à N. A. T. O., embora Chipre não seja membro dessa Organização — confere-lhe grande importância, pois Chipre faz parte dum possível zona-tampão entre os países socialistas europeus e os países árabes progressistas. Por outro lado, a perspectiva da abertura do canal de Suez aumenta a importância da ilha para a estratégia imperialista.

Acontece, porém, que o regi-

me legítimo de Chipre, com o arcebispo Makarios na presidência, sempre tem recusado a colaboração com a N. A. T. O. Notadamente durante a última guerra no Médio Oriente, Makarios recusou que o território de Chipre servisse de «ponte aérea» dos E. U. A. para Israel. Além disso, a existência de um poderoso partido da classe trabalhadora, o A. K. E. L. (com 40,7 por cento dos sufrágios) desagravado evidentemente a todas as forças reacţionárias. Este conjunto de circunstâncias levou Kissinger a

classificar o arcebispo Makarios de «Fidel Castro do Mediterrâneo».

Falhado o golpe grego de Julho, desfez-se o golpe turco de Fevereiro. As duas comunidades da ilha, cujos interesses bem entendidos seriam comuns e tenderiam para o envolvimento da sua independência nacional, dentro de um Estado unitário e neutro, são jogadas uma contra a outra pelo imperialismo, que continua fiel à divisa «dividir para reinar».

Hoje é a partilha do Estado. Amanhã poderá ser o seu desmembramento. Tudo com vista a um objectivo: transformar essa ilha do Mediterrâneo numa base agressiva do imperialismo ocidental.

# UMA ILHA RICA EM MINÉRIOS

Chipre é a maior ilha do Mediterrâneo Oriental, ficando situada a 95 quilómetros da costa síria. Ocupa uma área de 257 mil quilómetros quadrados.

**População:** 581 mil habitantes, o que dá uma densidade de 62 habitantes por quilómetro quadrado. Mais de 80 por cento dos habitantes de origem grega, e professam a religião cristã da Igreja autônoma de Chipre. A restante população é constituída de tucos macedonios (112 mil) turcos católicos (15 mil), arménios e maronitas.

**Cidades:** Capital — Nicosia (204 mil hab.), Larnaca (58 mil), Limassol (107 mil), Famagusta (114 mil), Paphos (58 mil).

**Economia:** Nas terras irrigadas (80 mil hectares) a ilha é muito fértil. As principais culturas são: trigo, vinha, batata, azeitona, e citrinos. No ponto de vista pecuário, a grande riqueza desta pais, produtor de abundante gado ovino, caprino e bovino e suar.

A criação do bicho-da-seda oferece possibilidade de uma importante actividade pessoal.

O subsolo da ilha é rico. Na antiguidade, Chipre adquire grande relevo devido à riqueza dos seus jazigos de cobre. São dignas de nota actualmente as seguintes explorações minerais: Pirafentes de ferro, cobalto (Kalavos e Mavrovuni), amianto (Amarantos), cromite (Kokkino), gesso. O minério de Mavrovuni é trabalhado em Paphos (58 mil).

As vias de comunicação são insuficientes. Existe uma única linha férrea (a de Nicosia — Famagusta — Nicosia — Larnaca — Evrykhou, num total de 114 quilómetros. A rede rodoviária totaliza 6100 quilómetros. O tráfego marítimo concentra-se especialmente em Larnaca e Li-



massol. O aeroporto de maior tráfego é o de Nicosia.

Chipre exporta produtos agro-pecuários algodão, lã e minerais, importando produtos manufacturados.

**História:** Colonizada por fenícios e gregos, a ilha de Chipre caiu na órbita do Império Romano em meados do século I A.C. Em 647 sofreu incursões dos muçulmanos, que foram expulsos pelos bizantinos.

Durante a época das Cruzadas, o rei inglês Ricardo Coração de Leão apoderou-se da ilha e cedeu os seus direitos em 1191 a família de Lusignan. Esta família governou Chipre até 1489, ano em que Catarina Cornaro cedeu a ilha à República de Veneza. Em 1571 a ilha foi conquistada pelos turcos, que a dominaram até ao último quartel do século XIX.

Em 1878 a Grã-Bretanha assegurou para si, administração da ilha, que ficou nominalmente sob o domínio do Império Turco. Em 1914, com a Primeira Guerra inglesa e turcos lutaram em campos opostos, o que favoreceu a anexação

de Chipre pelos ingleses. Em 1925, a ilha passou a ser colónia da Coroa Britânica.

Durante a Segunda Guerra Mundial, um movimento político cipriota propugnou a anexação da ilha pela Grécia (Enosis), enquanto, por seu lado, determinados elementos patrocinavam a união com a Turquia. O arcebispo Makarios encabeçou os desígnios autonomistas cipriotas, que, de posse dum luta de guerrilha, foram satisfeitos pelo Tratado de Londres de 19 de Fevereiro de 1959, assinado pelos Governos turco, grego e britânico. Em 16 de Agosto de 1960 Chipre tornou-se independente.

O poder executivo foi confiado a um presidente grego (Makarios) e a um vice-presidente turco, coadjuvados por um Conselho de Ministros. O poder legislativo foi confiado a duas câmaras (uma para a comunidade grega, outra para a comunidade turca) e a uma assembleia nacional na qual se encontram representados gregos (70 por cento) e turcos (30 por cento).

# OS EMIGRANTES PERANA A CRISE DA EUROPA

Quatrocentos e setenta mil portugueses (1) trabalham neste momento em países europeus, cujas economias foram mais ou menos duramente atingidas pela grave crise que afecta o capitalismo internacional. O desemprego é o destino de milhares de trabalhadores, de cada vez que uma das crises cíclicas do sistema se faz sentir. Necessários em tempo de «vacas gordas», que acolherá aos trabalhadores estrangeiros, quando chega a hora de apertar o cinto?

Pelas estatísticas que se têm em relação aos últimos meses do ano de 1974 verifica-se que nos países com forte contingente de mão-de-obra estrangeira, a taxa de desemprego é maior nesse sector do que entre os trabalhadores nacionais. Por outro lado, os ramos de actividade mais afectados com a crise económica são precisamente os que mais estrangeiros empregam. Caso típico: o da construção civil.

Um problema é de maior importância, não só para os trabalhadores emigrantes, como para os seus países de origem. Trata-se do carácter de «exportação» que as crises capitalistas revestem (isto é, não se confina a dado país, antes sendo «exportada» para todos os países do sistema) os países donde os trabalhadores emigramar dificilmente poderão absorver esse excedente de mão-de-obra, porque também neles se faz sentir a crise. Os países mais afectados por este problema são Portugal (com 487 mil emigrados na Europa, a Itália (com 1 140 000), a Espanha (com 1 375 mil) e a Jugoslávia (com 925 mil) a Turquia com 724 mil) e a Argélia (com 423 mil). Os países europeus com maior contingente de mão-de-obra estrangeira são a República Federal Alemã (2 600 000) e a França (com 1 900 000), precisamente os países do nosso continente para onde emigram mais portugueses.

O Governo da República Federal Alemã nos últimos meses de 1973 impôs medidas restritivas à entrada de trabalhadores estrangeiros. O pretexto desta decisão foi o de evitar que um contingente superior ao actual agravasse a situação de «marginalização» desses trabalhadores, pelo que tal medida foi acompanhada de disposições tendentes a diminuir as diferenças de avulsância a direitos dos estrangeiros em relação aos nacionais. A principal razão terá sido, contudo, a de corrigir o desemprego previsto na altura, pois não têm cessado as medidas restritivas de carácter de renovação de contratos, de concessão de cartas de trabalho, etc. Os contratos têm na Alemanha a duração de um ano e a sua renovação depende do arbítrio do patrão. Mas os contratos renovados, podem acabar, se a licença de estadia do trabalhador termina e não é renovada. Foi assim que a economia alemã conseguiu superar em tempo muito breve a recessão do Outono-Inverno 1967-68, desbaratando a para o país de origem da sua mão-de-obra estrangeira. De Novembro, de 1968, até Junho de 1974, os estrangeiros empregados desceram em 6 por cento e, nos últimos meses, essa diminuição começou a ser contida. Por outro lado, quando a taxa geral de desemprego se fixava (fins de Novembro) em 6,5 por cento, a taxa de desemprego dos estrangeiros era de 4,5 por cento. Os sectores de maior impacto pelo desemprego na Alemanha são o metalúrgico, construção civil, serviços,

transportes, etc. Em geral, o número de postos de trabalho disponíveis é inferior em 47 por cento aos postos disponíveis no mês do ano anterior.

A crise originou a que na Alemanha se chamou «lei do princípio dito da «rotacão» e da selecção de mão-de-obra estrangeira, e se estêja a recorrer cada vez mais frequentemente ao artigo 19 da Lei sobre Promoção de Trabalho, nos termos em que um posto de trabalho só pode ser oferecido a um estrangeiro, se um alemão o não requerer.

Em França os sectores produtivos mais atingidos são as indústrias metalomecânicas e a construção civil, onde se concentra mais a mão-de-obra estrangeira. Prevê-se que na construção civil se registre durante o ano de 1975 uma redução de 40 por cento da actividade, o que não deixará de afectar também os que mais estrangeiros empregam, principalmente o que mais emigrantes portugueses, principalmente empregado no sector da construção civil. Em França houve medidas restritivas da emigração: decretadas em Julho de 1974, na expectativa de novo agravamento da condição do trabalhador estrangeiro, essas restritivas foram seguidas de uma declaração que o Conselho de Ministros adoptou em Outubro passado.

Além todos os países europeus com forte contingente de mão-de-obra estrangeira. Tem vindo a grande preocupação dos governos, de 1973 para cá. Para muitos observadores, assistindo a grandes movimentos migratórios — prevendo-se que o tempo das grandes crises de emigração passaram a história.

Isto porque os problemas sociais e políticos levantados pela presença maciça de trabalhadores estrangeiros superam neste período as vantagens económicas que adviriam da sua entrada. Para muitos observadores, a tendência para integrar os emigrantes que consigam vencer a presente crise de desemprego, quando houver que recorrer à mão-de-obra não instalada, serão as famílias dos emigrantes que fornecerá os necessários suportes. Deste modo, o emigrante, estando em si não dado país com a mulher e os filhos, tenderá a fixar-se ali mesmo, até à sua plena integração. Terá sido esse o resultado de certas medidas tomadas pelos Governos francês, alemão e suíço, tendentes a acabar com a «marginalização» dos seus emigrantes.

Verifica-se assim que os países ricos, em período de expansão económica, renovam os contratos de trabalho, de concessão de cartas de trabalho, etc. Os contratos têm na Alemanha a duração de um ano e a sua renovação depende do arbítrio do patrão. Mas os contratos renovados, podem acabar, se a licença de estadia do trabalhador termina e não é renovada. Foi assim que a economia alemã conseguiu superar em tempo muito breve a recessão do Outono-Inverno 1967-68, desbaratando a para o país de origem da sua mão-de-obra estrangeira. De Novembro, de 1968, até Junho de 1974, os estrangeiros empregados desceram em 6 por cento e, nos últimos meses, essa diminuição começou a ser contida. Por outro lado, quando a taxa geral de desemprego se fixava (fins de Novembro) em 6,5 por cento, a taxa de desemprego dos estrangeiros era de 4,5 por cento. Os sectores de maior impacto pelo desemprego na Alemanha são o metalúrgico, construção civil, serviços,

(1) A emigração portuguesa para os países europeus distribui-se do seguinte modo: Alemanha, 85 mil; Suíça, 3 mil; Bélgica, 3 mil; Holanda, 4 mil; Luxemburgo, 3 mil; França, 4 mil; Inglaterra, 3 mil. (Dados do D.C.D.E.)

## NOTICIÁRIO

### GARANTIR O ESPÍRITO DO 25 DE ABRIL

Os programas de actuação dos diversos partidos políticos devem estar de acordo com o Programa do 25 de Abril. Para garantir esta concordância a Comissão Coordenadora do M.F.A. iniciou já a análise daqueles programas.

Por outro lado, uma comissão de oito membros designados pelo Movimento das Forças Armadas está a efectuar contactos com representantes dos Partidos Políticos já legalizados a fim de analisar os problemas decorrentes da institucionalização daquele Movimento, de acordo com as decisões tomadas em Assembleia de Delegados.

Com estes contactos, procura-se alcançar um compromisso político de modo a garantir que se mantenha o espírito da revolução do 25 de Abril, mesmo para além da realização das eleições.



### RECUPERAR AS RIQUEZAS NACIONAIS

«A luta iniciada por numerosos países para se desenvolverem do empresário neocapitalista», tendente a «recuperar as riquezas nacionais e a obter a instauração das relações económicas justas e equilibradas entre os países», que caracteriza a situação económica contemporânea, foi realçada nas conclusões gerais do Seminário Internacional da Cooperação Económica, a Independência e a Paz que se efectuou em Lisboa no passado fim de semana.

Nas conclusões do Seminário, em que participaram representantes dos países socialistas e do Terceiro Mundo, nomeadamente da Guiné-Bissau, Portugal é saudado «por ter em marcha a construção de um processo de justiça, expresso no quadro da descolonização, que levará a resultados fraternais».

Relativamente à luta pela independência frente às forças neocapitalistas, lê-se nas conclusões que: «No plano económico e no âmbito do direito internacional, a O.N.U. e outras organizações já haviam reconhecido estes princípios. No âmbito da Economia, a acção dos países da O.P.E.P. (países produtores de petróleo) é a primeira atitude directamente comprometida à escala internacional, por países vítimas da «plágiação» das suas riquezas nacionais».

«As forças da paz devem conceder todo o apoio a esta batalha cujo sucesso é de uma grande importância para as batalhas que se impõem imediatamente.»

As conclusões deste Seminário acentuam ainda que «as relações agressivas dos interesses imperialistas, notoriamente as ameaças militares do Governo dos E.U.A. nos países exportadores de petróleo, podem criar uma barreira à esta evolução constituindo, assim, um grave perigo para a paz e a coexistência pacífica entre as nações.»

## NACIONAL

### NÚMERO SIMBÓLICO DE DEPUTADOS

Cada um dos territórios ultramarinos ainda sob administração portuguesa constituíram um círculo eleitoral, nos termos de um decreto-lei publicado no «Diário do Governo». Aquele diploma atribui, ainda um número simbólico de deputados a cada um destes territórios, por um lado porque «não fazia sentido que territórios em tratos de independência influíssem pesadamente na elaboração de uma constituição que vai em breve deixar de dizer-lhes respeito». Por outro, «não se quis que fêltsse no colégio constituinte uma voz representativa desses territórios, que mais não fosse em homenagem ao facto de ainda estarem incluídos na soberania portuguesa».

Entretanto, e porque não se encontram constituídos, nem legalizados naqueles territórios os partidos existentes em Portugal, a apresentação das candidaturas terá de ser feita por grupos de cidadãos devidamente recenseados, num mínimo de 250.

No respeitante aos emigrantes portugueses espalhados pelo mundo, um diploma em apreciação no Conselho do Estado, prevê a criação de um único círculo eleitoral, medida que se justifica plenamente se tivermos em consideração os entraves levantados em alguns países a um esclarecimento político desses mesmos emigrantes, por parte de todos os partidos políticos actualmente legalizados em Portugal.



Um dos problemas mais ventilados na assembleia foi o da definição do âmbito do novo Sindicato Vertical. O problema é suscitado pela existência de empresas que paralelamente à indústria e comércio farmacéutico desenvolvem actividades relacionadas com a indústria química. Nesta ordem de ideias, colocou-se a questão de saber se o Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Farmacéutico deveria ou não integrar-se num sindicato de âmbito mais largo, englobando outros ramos, designadamente da indústria química como lecou a orientação de que o

### RECONVERTER O EXÉRCITO

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Carlos Fabião partiu para a Romênia a fim de estudar a futura reconversão do Exército português numa força de produção.

O general Fabião, que é acompanhado por outro membro do M.F.A., o capitão Vasco Lourenço, declarou à partida a sua intenção de estudar a possibilidade de o Exército conjugar a sua missão defensiva com outras actividades, nomeadamente no campo da assistência socioeconómica às populações.

# SINDICATO VERTICAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO FARMACÉUTICA

«No seguimento da proposta aprovada por grande maioria dos trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos, ficou hoje constituído o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos, cuja sede provisória se situa em Lisboa, na Avenida Miguel Bombarda, 96-1-DI», e cujos estatutos, estando agora a ser discutidos em assembleia geral do novo sindicato, serão enviados às entidades governamentais competentes para conhecimento logo que aprovados.» — Tal é o teor da declaração sobre a criação do Governo, aprovada na reunião dos trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos, realizada no passado dia 22, e em que participou mais de um milhar de profissionais do ramo.

O novo Sindicato constitui mais um passo para a generalização de organizações sindicais verticais, capazes de defender eficazmente os interesses dos trabalhadores face à exploração do patrão. O projecto de estatutos, já aprovado na generalidade e que continuará a ser discutido na especialidade na próxima assembleia geral (em data a anunciar), foi elaborado por um grupo de trabalho composto por elementos dos Sindicatos da Propaganda Médica, Empregados de Escritório, Auxiliares de Laboratório e Caixaeiros que prestam serviço em empresas daquele ramo industrial e comercial. Os autores do projecto foram mandados para essas funções, mas os membros que vêm sendo realizados nos respectivos sindicatos desde há meses, e numa reunião conjunta que teve lugar em Janeiro passado. Dedicando-se a fundo e rapidamente ao elaboração dos estatutos, os membros de que na luta pela sua organização e pelo fortalecimento das suas posições os trabalhadores não podem nem deixar perder tempo, os membros do grupo de trabalho fizeram distribuir o projecto logo no dia 7 de Fevereiro, sendo entretanto convocada uma reunião plenária para discussão e aprovação do mesmo, a realizar quinze dias depois. Nesse intervalo, não muito grande mas decerto suficiente para os trabalhadores mais atentos dina-

mizarem a discussão, os delegados sindicais de todas as empresas tiveram possibilidade de promover as reuniões necessárias, com vista a preparar o estudo aprofundado do projecto.

Em todo o caso, houve trabalhadores de algumas empresas que puseram objecções ao prazo dado para discussão, que consideraram demasiado curto. A assembleia entendeu que tais objecções não seriam de levar em conta, atendendo a que na grande maioria das empresas não foi levantado qualquer problema a esse respeito, e ainda porque a situação política, económica e social torna urgentes questões tão importantes como as que se referem à organização sindical dos trabalhadores. De resto, tais objecções foram ultrapassadas pelo próprio curso da assembleia, na medida em que esta terminou quando apenas começava a adiar a discussão na especialidade do primeiro artigo dos Estatutos.

Outras intervenções houve tentando adiar a discussão. Numa delas invocou-se, por exemplo, o facto de não ter sido publicada a Lei Sindical. Contra esta posição logo se levantaram vozes, pois é aos trabalhadores que cabe a iniciativa de se organizarem, não ficando burocraticamente à espera de quaisquer leis. A estas e outras tentativas de travar ou atrasar o processo em curso para a unificação dos trabalhadores da indústria e comércio farmacéuticos, responderam os membros da assembleia por esmagadora maioria, impedindo que tais tentativas fossem por diante.

Um dos problemas mais ventilados na assembleia foi o da definição do âmbito do novo Sindicato Vertical. O problema é suscitado pela existência de empresas que paralelamente à indústria e comércio farmacéutico desenvolvem actividades relacionadas com a indústria química. Nesta ordem de ideias, colocou-se a questão de saber se o Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Farmacéutico deveria ou não integrar-se num sindicato de âmbito mais largo, englobando outros ramos, designadamente da indústria química como lecou a orientação de que o



### JOSÉ MANUEL LOURENÇO BAPTISTA

U MA secção de Correio é fundamental num semanário de trabalhadores como é o caso de «Alavanca», pois através dela os nossos leitores põem os seus casos, por vezes particulares mas que todos têm sempre interesse enquanto exemplo. Ou então, embora estes sejam tratados com uma perspectiva que não é de «Alavanca».

Apenas uma exigência é feita aos nossos correspondentes: a verdade dos factos relatados ou das acusações feitas.

O cumprimento desta exigência obriga a uma certa vigilância por parte de quem coordena a secção, que por vezes, na pressa de

do nosso «solicit» correspondente. Acontece que o sr. José Manuel Lourenço Baptista é efectivamente um trabalhador da Cidla mas de modo algum reaccionário, antes pessoa estimada e possuidor da confiança dos seus camaradas que, ao se elegerem para o respectivo Conselho de Trabalhadores.

Lamentamos a nossa inadvertência e aqui deixamos expressa as nossas desculpas a quem nos escreveu. O sr. Lourenço Baptista, a quem de modo algum reaccionário, antes pessoa estimada e possuidor da confiança dos seus camaradas que, ao se elegerem para o respectivo Conselho de Trabalhadores.

## DESPORTO



# O ARBITRO É FASCISTA!

**A**GORA, nos campos de futebol, por tudo e por nada, o público chama o árbitro «fascista».

— Fascista... Ladrão... Está a roubar o meu clube...  
Claro está que o termo aparece aqui completamente despojado do seu contexto político propriamente dito... A única política que está em causa no momento é a do sectarismo clubista do adepto dessa perado que vê ou julga ver o seu clube seriamente prejudicado e não encontra à mão outro epíteto mais ofensivo para atrair ao árbitro.

Mai por mal que lhe atre com o epíteto.  
Vale mais do que atrair-lhe com pedras, embora também possa haver árbitros notoriamente mais formados ou mais informados e que se sintam mais ofendidos com o epíteto do que com a pedra.

Onde queremos chegar? A ligeiriza com que este e outros termos são usados e que, em toda repetidos e vulgarizados, tendem a perder a sua força própria e o seu real significado.

É verdade que o povo é que faz a língua e há palavras que evoluem no seu sentido, a ponto de tomarem até significados contrários. Há palavras que se degradam, há palavras que se sublimam e é sempre o povo que está na base da evolução do sentido desses termos, chegando-as às vezes a resultados que fazem o desespero dos eruditos.

É claro que, no caso concreto do «fascista», se o povo vier a equiparar o termo ao «ladão» (ao que rouba a nossa equipa, rouba a gente, lixa a nossa vida) e àquelles outros termos que, até aqui, mais ou menos igualmente os furiosos do futebol utilizavam para ofender o árbitro (e, sobretudo, a mãe do árbitro) é claro que, mais uma vez, o povo, na sua extraordinária intuição, não virá a enganar-se, mas o pobre do árbitro será que não tem culpa nenhuma dessas reacções e desses desfechos e a verdade é que, se a moda pega (já pegou mesmo) de si só podem resultar mais complicações para a sua tarefa já de si tão espinhosa.

Claro que alguns árbitros até merecerão por inteiro esse apodo de «fascistas», mas isso não tem nada a ver com a sua valia como árbitros ou com a justiça daquele lance que, em determinado momento, se associa. Entre os árbitros, como entre toda a gente de todas as classes, há elementos mais

ou menos comprometidos com o antigo regime e é precisamente nesse «mais ou menos» que se tem de atentar, agora vindo a questão já num plano geral e para o qual o árbitro terá servido apenas como ponto de partida.

Que é um fascista?... É precisamente aquele que, mais ou menos tirou proveito das condições criadas pela situação anterior e nesse «mais ou menos» está toda a graduação que importa avaliar e para isso até se criaram organismos oficiais, para apuramento de responsabilidades. «Mais ou menos» vai desde o fascista activo que ele próprio alinou na criação ou na continuidade das instituições fascistas até ao fascista passivo que, «mais ou menos», alinou, por falta de conhecimento, ou de oportunidade, ou de coragem, por simples embalgam, por influências.

«Mais fascista» é aquele que se vê agarrado impedido de votar e de ser votado nas próximas eleições.

«Menos fascista» é aquele que o próprio Primeiro-Ministro classificou como recuperável.

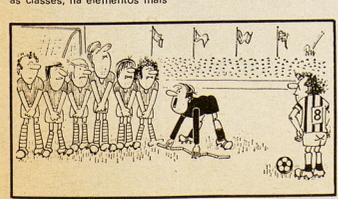
Posta assim a questão, como toda esta simplicidade porventura não isenta de certos risos, já se desia ver como é realmente insensato e leviano estar a chamar «fascista» ao árbitro, só porque ele deixou escapar em «off side» um avanço adversário.

E evidente que, em muitos casos, mais «fascista» quem chama e, a propósito, já por não conta a anedota que diz que Portugal teve ter agora dezto milhões de habitantes: os nove milhões que eram fascistas e os nove milhões que são agora antifascistas.

Claro está que tudo isto tem muito que se lhe diga, há muito reaccionário metido nestas coisas do futebol... a propósito, que é um reaccionário?... Talvez aquele que roge mal perante a hipótese de perder os privilégios de que pode destruir durante uma situação que lhe proporciona essas benesses merecidas.

Uma coisa é certa: devíamos poupar o pobre do árbitro a mais essa perseguição que mais a val, por certo, perturbar o seu desempenho do seu obrigatório cargo, criando-lhe muito provavelmente novos problemas durante e depois dos jogos... e pensar no caso: quem lhe vai atirar a primeira pedra está certo de não ter belhos de viés?

CARLOS PINHAO



Em toda a parte, o árbitro é motivo fácil para os insultos do público e o alvo favorito das humeristas... Aqui, e o «Kicker» de Nuremberg que assim caricatura o árbitro, equívoco e metódico a medir a distância da barreira para a marcação de um livre... Resumindo, o nosso personagem curioso do desenho: o círculo posto pelos jogadores na defesa da sua... integridade física

## CULTURA E TEMPOS LIVRES

### Vamos ler

**O Problema da Habitação** de Frederich Engels. — Editorial Estampa. Preço 4000.

Só o proletariado victorioso, afirma Engels, encontra uma solução para o problema da habitação, a par de todos os outros problemas fundamentais da edificação do socialismo.

**O Internacionalismo Proletário** de Álvaro Cunhal — Edições Avante! — Preço 3500.

«Pela sua própria condição social, a classe operária é internacionalista. Li querido o capitalismo e a exploração do homem pelo homem em cada país e em todo do planeta... tal a causa comum e a missão histórica dos proletários de todos os países.»

**«A Nação... O que é... e a Economia»** — Coleção «Mas... Afinal!» — Preço 7500 (cada).

«Hoje estamos apostados em defender bons livros simultaneamente acessíveis às bolsas dos mais explorados, das camadas que nunca leram para livros.»

De «A Nação... O que é... e a Economia» muito critico contra a Nação trazia a assinatura por debaixo de uma frase que dizia... «a bem da Nação... esta foi de causa comum desautorizada que quis se pedir que o leitor se lembre dela, e o risco se ser difícil a recuperação da ideia de nação como algo de sério e motivo de discussão... entre os reaccionários... não é tão pedagógico como isso.»

De «Economia (I)» to-quem as camadas do Povo aspiram mudanças democráticas muito profundas, mesmo quando não têm uma ideia clara da possibilidade de transformação imediata, e dos meios necessários.»

**Partido Proletário de Novo Tipo** de V. I. Lenine. Edições Avante! — Preço 4000.

«Lenine apoiava-se a todo o instante na advertência de Marx de não só explicar o mundo, mas também de o transformar. Resolver os problemas teóricos em liante e depois dos jogos... pensar no caso: quem lhe vai atirar a primeira pedra está certo de não ter belhos de viés?»

### Teatro

«As Espingardas da Mãe Carran», de Bertold Brecht, pelo Mem Martins Sport Club.



### Clareamento e de dinamização cultural

**«A 10ª Turista»**, de Mendes de Carvalho, pelo V.A.O. de Santarém, em digressão: uma sátira a um país onde predomina uma feição ortodoxa, uma política de fachada, os discursos baloiosos, a burocracia e a corrupção política.

**«Cerimonial para um Combate»**, de Claude Pin, pelo T. E. C., no S. Luis: a construção da tentativa de uma estrutura de um poder popular na França do Século XIX ou a consciência política e a pronta resposta das massas trabalhadoras na defesa dos seus interesses de classe.

**«Ó, Pá, Pa na Vassoura»**, de José Viana, Mário Castim e Rolo Duarte, no Variedades: uma revista que se empenha de rosto aberto e palavras corajosas numa lídica análise política da sociedade portuguesa.

### Cinema

O grande cinema político continua, salvo poucas e insignificantes excepções, a estar inexplicavelmente ausente das nossas salas. Tal facto não admira dado as grandes distribuidoras e exhibidoras que controlam o espectáculo cinematográfico no nosso país estarem subordinadas aos gigantescos monopólios americanos e a sua política e, como tal, praticarem uma colonização cultural sistemática e um frio critério de só exibir aquilo que acham ser comercial e assistível de largos lucros, onde a indispensabilidade de medidas vigorosas e urgentes.

**«A Classe Dominante»**, de Peter Medak: crítica a uma classe decadente que detém cerca de metade da propriedade privada nacional e um largo poder político e prestígio social.

**«Diário Íntimo de Uma Mulher»**, de Frank Perry: a frustração da mulher americana reduzida a um simples objectivo decorativo para o meio profissional e seu marido ou à função de «boa» dona de casa. Um drama em que a situação da mulher no mundo ocidental.

**«Adeus, Gogona, Adeus»**, de Manuel Summers: um filme indispensável para crianças e adolescentes sobre os perigos do desconhecimento em que uma moral puritana e repressora deturpa os jovens curiosos perante uma sexualidade nascente sadia. A exibir urgentemente nas escolas e televisivo.

### Discos

**«Recado»**, por Inrótio, «single»: um Inrótio renovado, mais seguro das suas potencialidades, servindo-nos uma canção em que se reflecte a voz e as aspirações do Povo.

**«Cantata Sul-Americana»**, por Mercedes Sosa, álbum: uma das mais representativas intérpretes da América Latina, identificando-se profundamente com os objectivos das massas trabalhadoras do seu país, a Argentina. Uma tentativa muito bela de construção de uma canção popular.

**TV**  
Sexta-feira, 28  
I PROGRAMA  
20.15 Afinal como 67  
20.30 Os inquéritos do Comissário Maigret

Sábado, 1  
I PROGRAMA  
14.20 Cinema de Animação  
14.50 Ristémia — Série filmada sobre a resistência antifascista em França.  
18.45 Cada dia uma esperança.  
19.00 Memória do nosso tempo.  
20.15 A história é feita pelo povo.  
21.00 «O Mundo a seus pés» — Um dos mais importantes filmes de sempre (realizador: Orson Welles).

Domingo, 2  
I PROGRAMA  
17.30 TV rural  
20.30 Teledomingo

Sexta-feira, 3  
I PROGRAMA  
12.55 Escrever é lutar  
13.15 Propaganda eleitoral  
20.15 Propaganda eleitoral

20.40 Escrever é lutar  
Terça-feira, 4  
I PROGRAMA  
13.15 Propaganda eleitoral  
20.15 Propaganda eleitoral

Quarta-feira, 5  
I PROGRAMA  
13.00 Encontro  
13.15 Propaganda eleitoral  
19.25 Hó só uma terra  
20.15 Propaganda eleitoral

19.40 Encontro  
Quinta-feira, 6  
I PROGRAMA  
13.15 Propaganda eleitoral  
19.05 Com todas as letras  
20.15 Propaganda eleitoral  
21.45 Eleições.

### Rádio

ALVANCA — Diariamente, das 00.00 às 02.00 no Rádio Clube Português, onde módica a voz da Intersindical  
M.F.A. — Na Emissora Nacional, às 3.45, 5.45 e 6.45, às 18.15; no Rádio Clube Português, às 4.3 e sábados, às 22 horas.

### EMISSORA NACIONAL

Sexta-feira  
15.20 Formação política  
Sábado  
16.00 Sindicalismo  
17.00 Programa Juvenil

Domingo  
12.00 Programa sobre Agricultura  
21.30 Tems de Desporto

Segunda-feira  
16.15 Formação política  
17.00 Rádio Estudantil

Terça-feira  
21.45 Sindicalismo  
Quarta-feira  
16.00 Economia  
16.45 Sindicalismo

### GRACILIANO RAMOS

Falar de um autor português ou de outro nacionalista é o mesmo, desde que sejam autênticos criadores e homens preocupados com os problemas dos seus contemporâneos. Por isso nos vimos hoje para o Brasil e para um escritor que muito admiramos: Graciliano Ramos.

É Graciliano Ramos senhor de um estilo extremamente depurado e seco, de admirável realismo e de forte tendência social. Comprovamos estes atributos, por exemplo, no romance «S. Bernardo» e «Vidas Secas», nos que revelam a dureza inabalável do Nordeste brasileiro. Outro livro seu bastante importante é «Angústia», de conteúdo universal, e no dizer de muitos críticos uma obra que dir-se-ia assinada por Dostoevski.

Nasceu Graciliano Ramos em Alagoas, em 1892, e morreu em 1953. Publicou além dos volumes mencionados os mais seguintes: «Memórias de Caracé», «Caetés», «Infância», «Alfama», etc.

Como bem sucedendo noutros apartamentos nossos, nos revelamos ao leitor quem era Graciliano Ramos, e pouco mais fizemos do que cita-lo. Para compensar esta falta — inevitável num escrito tão apressado — transcrevemos parte de um texto deste escritor brasileiro, que apesar de breve, dá-nos uma ideia muito precisa de Éça de Queirós:

«... E não se trata de tudo na forma própria, única, estupidamente original de Éça nas coisas; na maneira de descer a uma sociedade estudando de preferência os seus lados grotescos, ridículos, estupidos...»

... Éça era um homem que não respeitava nada, que não tomava as coisas a sério. Pintou mestres estupidos, padres devotos, condess adúlteras; escameceu a literatura da sua pátria, a política, as resoluções cizas dos bostus... E gloriosos antepassados dos vencedores dos mouros; trocou a Búrgia, a religião, o Afino da Carteira.



## ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES ESTUDANTES

# “QUE CADA ESTUDANTE SEJA UM TRABALHADOR E QUE CADA TRABALHADOR POSSA ESTUDAR”

**MAIS** de 3.000 trabalhadores-estudantes, reunidos no Pavilhão dos Desportos no passado domingo, dia 23, aprovaram as conclusões finais saídas do Encontro Nacional dos Trabalhadores Estudantes, realizado conjuntamente pelo M.J.T. e pela Intersindical Nacional.

Deram ainda o seu apoio a esta realização o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, pro-UNEP, a U.E.C., o M.D.P./C.D.E. e o P.C.P. Este encontro visou, por um lado, promover a ampla discussão dos problemas dos trabalhadores-estudantes com vista a encontrar soluções concretas e adequadas ao processo democrático que atravessamos e, por outro, estudar e propor medidas concretas que permitam satisfazer uma das mais profundas aspirações da Juventude Trabalhadora: a do acesso aos vários graus de ensino.

Procurou-se, desta forma, contribuir para a transformação do ensino caduco e reaccionário herdado pelo fascismo, num ensino científico e progressista que, integrando-se na estratégia antimonopolista definida no Programa do M.F.A., corresponda às necessidades do processo democrático em curso.

Após a sessão de abertura que teve lugar no salão nobre do Instituto Superior Técnico, no sábado imediatamente anterior, cerca de 1.200 delegados, representando diversos estabelecimentos de ensino oficial e particular de quase todos os distritos do País, distribuíram-se por sete secções, correspondendo a cada uma delas um tema a debater, elaborado a partir de 157 teses apresentadas.

Os trabalhos decorreram durante a tarde e à noite de sábado, e domingo de manhã, sendo as conclusões apresentadas e aprovadas no convívio realizado no Pavilhão dos Desportos.

Findas duas jornadas de intenso trabalho, o ambiente, no Pavilhão dos Desportos, era de alegria. Enquanto não se iniciava a leitura das conclusões finais, diversas representações de jovens trabalhadores-estudantes de todo o País, de cartazes empunhados, foram chegando à sala, nomeadamente de Alcobaca, Cartaxo, Viseu, Porto, Póvoa de Varzim, Cantanhede, Figueira da Foz, Coimbra, Espinho, Alverca e Braga. Entretanto foram gritadas palavras de ordem: A juventude está com o M.F.A.; Serviço Nacional parasitas não; M.J.T.; Intersindical e, com uma saudável irreverência própria da juventude. Só uma solução: cagar na reacção.

### QUE ENSINO TEMOS?

Com alguns minutos de atraso deu-se, enfim, início à sessão. A mesa era constituída por César Roussado e José Pedro Soares, do M.J.T.; José Gaspar e Saveria Branco, da Intersindical; e Paulo Varela Gomes, pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Estiveram ainda presentes Oc-

távio Pato, Aurélio Santos, Lauro Lopes e Sérgio Vilarejos, do P.C.P.; Rui Dantas Ferreira do M.D.P./C.D.E.; e o alferes Aires Teixeira, pelo M.F.A.; e delegações da U.E.C. e pro-UNEP.

Usando da palavra, César Roussado fez o ponto da situação do nosso ensino, tendo em vista a herança que nos foi legada pelo fascismo. Por seu turno, Varela Gomes afirmou: Durante muito tempo reinou entre os estudantes a ideia de que os professores estavam do outro lado da barreira. Hoje, porém, nas escolas, as pessoas dividem-se em reaccionários e progressistas. Mais à frente declarou: Que ensino temos hoje? Alguns sóis se fez no campo da gestão das escolas e da pedagogia, mas o essencial está por fazer. Se o ensino fascista era o ensino dos grandes monopolistas e dos grandes agrários, temos, pois, que proceder a modificações radicais, concluindo em seguida que é necessário que os grandes monopolistas percam o poder que ainda hoje têm em Portugal.

Quase a terminar salientou que devemos lutar por um estudante seja um trabalhador e que cada trabalhador possa estudar.

anos e prolongamento para novo como via única e obrigatória e, por outro lado, acesso a uma escola única em cada um dos três níveis — pré-primário, preparatório e secundário — unificado por um lado as três vias de ensino pós-primário e por outro os ensinos liceal e técnico.

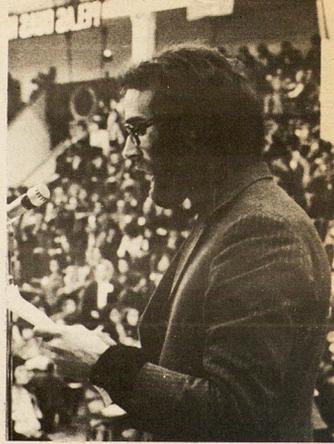
Para corresponder às transformações apontadas, propôs-se a reciclagem adequada do pessoal docente. Por seu turno, e visando garantir aos trabalhadores-estudantes o mínimo de condições, a secção 2, «Acesso aos diferentes graus do ensino», propôs a criação de um horário flexível que não exceda os limites do horário aprovado por C.G.T., e que seja dado ao trabalhador-estudante a redução no horário de trabalho de duas horas diárias ou dez horas semanais pagas. A última das medidas apontadas mereceu um caloroso aplauso por parte dos presentes.

Com vista a facilitar e melhorar as condições de vida do trabalhador estudante foram reivindicadas uma série de medidas, nomeadamente, a concessão de descontos nos transportes públicos e no material escolar, a criação de cantinas descentralmente apetrechadas, assim como de salas de estu-

sino técnico para produção de materiais, objectos, etc., a fim de serem vendidos ou empregues na melhoria de condições da própria escola.

«Ensino Profissional» constituído o tema debatido pela secção 4. Das conclusões finais destacamos: Que a Intersindical e os sindicatos pressionem o Governo para que seja urgentemente promulgada legislação que obrigue as grandes empresas a criação de centros de formação profissional nos locais de trabalho e as pequenas e médias empresas ao pagamento de um imposto que permita ao Estado a criação de centros de formação profissional, a funcionar a nível regional, em paralelo com aqueles. Estes cursos deverão ser ministrados por indivíduos devidamente preparados e pagos segundo critérios a estabelecer oficialmente, devendo o respectivo «currículo» ser definido de acordo com a vontade e os interesses dos trabalhadores de cada ramo de actividade, em paralelo com aqueles. Estes cursos deverão ser ministrados por indivíduos devidamente preparados e pagos segundo critérios a estabelecer oficialmente, devendo o respectivo «currículo» ser definido de acordo com a vontade e os interesses dos trabalhadores de cada ramo de actividade, em paralelo com aqueles. Estes cursos deverão ser ministrados por indivíduos devidamente preparados e pagos segundo critérios a estabelecer oficialmente, devendo o respectivo «currículo» ser definido de acordo com a vontade e os interesses dos trabalhadores de cada ramo de actividade, em paralelo com aqueles.

Que as leis proibitivas de trabalhar com menos de catorze anos sejam de facto e que os preparadores sejam severamente punidos no novo estado democrático, concluiu-se na



o novo projecto de decreto-lei sobre gestão democrática, dado que são os trabalhadores-estudantes os principais interessados.

### APOIO AOS TRABALHADORES DA R.R.

Finalmente a secção 7 «Apoio ao Particular Noturno» apor-

tanto, criar condições para que tal seja possível, e para isso é necessário que construamos um forte movimento associativo.

Com o fim de dar a conhecer ao Governo Provisório e ao Ministério da Educação e Cultura as carências mais prementes dos trabalhadores-estudantes portugueses, os resultados de todo este trabalho serão enviados àsquelas entidades governamentais.

Ainda durante a sessão foram aprovadas moções de apoio aos trabalhadores da Rádio Renascença por um efectivo saneamento do M.E.C., de apoio ao M.F.A. e ao Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, e de solidariedade para com o povo chileno.

O encontro terminou com um canto livre a que deram a sua colaboração o conjunto In-Itroito, José Jorge Letria, Barata Moura, Mário Castrim e o Coro dos Ministros de Aljustrel.



### AS CONCLUSÕES

Em seguida foram lidas as conclusões de cada uma das secções.

A primeira secção que se debicou sobre o tema «Via escolar única», apontou algumas medidas com vista à criação de uma escola única que acabe com a discriminação de classes existente no ensino. Para tanto propôs-se uma efectiva oficialização e obrigatória do ensino pré-primário e a sua extensão a todo o País, escolarização obrigatória de

do, bibliotecas e centros culturais e desportivos.

No âmbito da pedagogia, a secção 3 considerou necessário diminuir consideravelmente a quantidade de alunos que constituem uma turma, no máximo de 20 trabalhadores, e colocar em cada turma alunos com ramos profissionais diferentes de o outro lado, cuidando inserir as matérias dentro das actividades profissionais dos alunos, propôs-se a actualização e reformulação dos programas, utilizando as aulas práticas dos cursos do en-

secção trabalhadores-estudantes na empresa. Para que essa lei sejam rigorosamente cumprida propôs-se a criação de um organismo em que intervenham o Ministério do Trabalho e a Intersindical.

Quanto à secção 6, «Os trabalhadores-estudantes na escola», considerou-se necessário que a futura legislação defina também qual a participação específica dos trabalhadores-estudantes na comissão de gestão e que seja dada a possibilidade aos trabalhadores-estudantes de discutir amplamente

tu uma série de deficiências designadamente, «a ausência de cursos oficiais em número suficiente, funcionando à noite, sendo obrigados numa percentagem elevada a recorrer ao ensino particular e a explicações». Com vista a recuperar o tempo perdido, propôs-se a criação de cursos intensivos, oficiais, «cursos com uma estrutura própria adaptadas às necessidades dos trabalhadores-estudantes e dados por professores com preparação específica», concluindo-se logo em seguida que urge, por-

**abranca**

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

Director interino: JOSÉ LUIS JUDAS  
Chefe de Redacção: A. PÉRFIDA DA SILVA  
Redactor no Porto: JOÃO OGANDO

Administração: MANUELA QUEIROZ

12 páginas

Publica-se à sexta-feira  
Preço avulso: 35\$0  
6 meses: 1\$500  
1 ano: 1\$600  
6 meses: 85\$00

Redacção e Administração:  
Av. Duque de Loulé, 83 3/2  
Lisboa 1  
Telef. 529/924572

Delegação no Norte:  
V. S. P. — R. de Santa Catarina, N.º 221-1  
Telef. 300752/53 Porto

Distribuição para pontos de venda ao público:  
DISTRIBUIDORA «O SECULO»

Composição, impressão:  
Renascença Gráfica  
Lisboa